

PRECONCEITO DE MARCA
As Relações Raciais em Itapetininga

ORACY NOGUEIRA

PASTA: 03
COPIAS: 36
R\$: 540



Rector Jaques Marcovitch
Vice-reitor Adolpho José Meff



Presidente Sergio Miceli Pessa de Barros
Director Editorial Plinio Martins Filho
Editor-assistente Hektor Ferraz

Comissão Editorial Sergio Miceli Pessa de Barros (Presidente)
Davi Antignoni Jr.
Hugo Aguirre Armelin
Oswaldo Paulo Fontanini
Tupã Gomes Cortes

Apresentação e Edição
MARIA LAURA VIVEIROS DE CASTRO CAVALCANTI



3. A Carreira dos Estrangeiros e Seus Descendentes e da "Gente de Cor" na Sociedade Local	169
Apêndice 3	183
4. Estrutura Social e Ideologia de Relações Inter-raciais	195
Apêndice 4	205
5. As Associações de "Gente de Cor"	213
Apêndice 5	221
6. Sumário e Conclusões	237

APRESENTAÇÃO

Em 1985 veio a público o livro *Tanto Preto Quanto Branco*, de Oracy Nogueira (São Paulo, T. A. Queiroz). Uma louvável iniciativa que reuniu uma densa introdução do autor sobre sua formação intelectual e trajetória profissional, além dos textos "Atitude Desfavorável de Alguns Anunciantes de São Paulo em relação aos Empregados de Cor" (1ª ed., 1942) e "Preconceito Racial de Marca e Preconceito Racial de Origem: Sugestão para a Interpretação do Material sobre Relações Raciais no Brasil" (1ª ed., 1955). No entanto, contrariando os planos iniciais, o volume terminou por excluir um terceiro texto, "Relações Raciais no Município de Itapetininga" (1ª ed., 1955), considerado talvez demasiado extenso para aqueles propósitos editoriais. É bem verdade que esse texto, que integra o melhor da tradição dos estudos de comunidade no país, tem por si só a estrutura de um livro. É bem verdade também que ele contém justamente a parte central da reflexão do autor sobre as relações raciais e emerge, por sua qualidade teórica e empírica, como um dos belos momentos da pesquisa socioantropológica no país. É uma felicidade poder reeditá-lo, trazendo-o de modo mais pleno para a interlocução contemporânea.

Deparei com "Relações Raciais no Município de Itapetininga" no curso de uma investigação sobre os estudos de comunidade e a constituição da antropologia no Brasil. Trata-se de uma magnífica pesquisa que examina os padrões de relação entre pretos e brancos vigentes nesse município de São Paulo ao longo de três séculos, combinando dados históricos e estatísticos com etnografia e observação direta. Oracy Nogueira enfatizava a "função heurística" desempenhada por esse trabalho na construção de suas idéias sobre as relações raciais. De fato, nele, Itapetininga é o *locus* de um estudo de caso exaustivo sobre uma realidade muito mais ampla. Do decisivo confronto das idéias com os fatos, desvenda-se um padrão de discriminação racial – o preconceito racial de marca – que vale para o país. Surpreendi-me com o pouco conhecimento que dele tinham mesmo especialistas na área das relações raciais.

A reedição torna assim oportuna uma reflexão sobre as razões do relativo desconhecimento desse texto. Situando-o no contexto da biografia intelectual de seu autor, esta apresentação sugere algumas dessas razões.

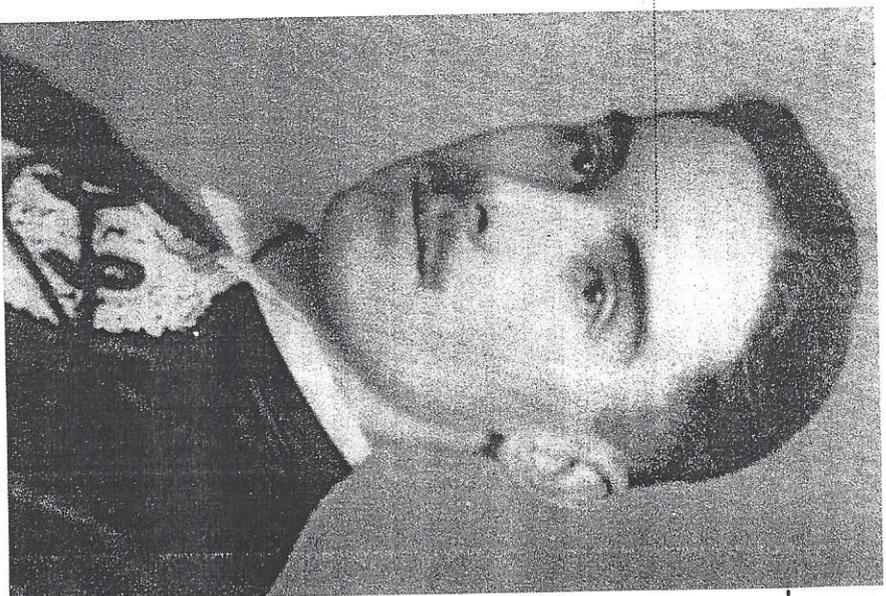
A Formação Acadêmica de Oracy Nogueira e o Interesse pelas Relações Raciais

Dentre os muitos assuntos abordados por Oracy Nogueira ao longo de sua trajetória acadêmica, destacam-se as análises do estigma, da família e das relações raciais na perspectiva dos estudos de comunidade; os artigos e as conferências sobre os métodos e as técnicas das ciências sociais; o estudo sociológico das profissões. Nesse conjunto, o tema das relações raciais ocupa lugar especial. Com ele, Oracy Nogueira iniciou e encerrou sua carreira intelectual e atravessou os anos decisivos de sua formação sociológica.

Oracy Nogueira nasceu em 1917 em Cunha (SP) e faleceu em fevereiro de 1996 na sua cidade natal¹. Era branco, filho de pais católicos e professores primários. Encaminhava-se para a carreira dos pais quando, com 23 anos, já agnóstico e socialista, ingressou no bacharelado em ciências sociais da Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP). A Escola, fundada em 1933, ganharia vigor acadêmico na formação de cientistas sociais com a chegada de Donald Pierson em 1939². Pierson já estivera no Brasil entre os anos de 1935 e 1937 para pesquisar a situação racial e cultural na Bahia, tema de seu doutorado (*Negres in Brazil, a Study of Race Contact at Bahia*, The University of Chicago Press, 1942) realizado na Universidade de Chicago sob a orientação de Robert Ezra Park. Ele voltou ao país como professor de sociologia e antropologia social na ELSP, especialmente interessado no preparo de pesquisadores e na promoção de pesquisas, tarefas a que se dedicaria com afinco nos dezesseis anos em que aqui permaneceu como docente. Na ELSP, nosso autor logo se tornou estudante-boiista de Donald Pierson e, como tal, iniciou-se na “arte da investigação empírica nas ciências humanas” (*Memória*). Nela, foi também aluno de Radcliffe-Brown, Herbert Baldus, Sérgio Milliet, Emílio Willens entre outros; e a ela Nogueira permaneceu estreitamente vinculado até 1952, quando Pierson iniciou seu retorno aos Estados Unidos.

Desde o ingresso na ELSP, a convivência pessoal com Pierson e a leitura de seus trabalhos estimularam o interesse de Oracy Nogueira pelo estudo das relações raciais, vistas na perspectiva ampla e comparativa da distância social. Ele colaborou na tradução do livro de Pierson e conheceu por seu intermédio a bibliografia brasileira e norte-americana sobre o assunto — “as obras clássicas de Nina Rodrigues, Manoel Querino, Oliveira

1. Graças à generosidade de sua família, em especial de José Luiz Nogueira, em março do ano corrente o acervo do autor foi doado ao Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
2. Ver Corrêa, 1987; Miceli, 1989; Limongi, 1989; Lippi, 1995. Em 1958, a ELSP passara a chamar-se Fundação Escola de Sociologia e Política.



1. Oracy Nogueira na formatura do Curso Ginasial

posição de mando na pequena cidade na fronteira do desenvolvimento econômico da região, querido e respeitado pela população e pela elite local. Era, entretanto, um negro num mundo de brancos, que se pudesse negar-lhe-ia a cor. Oracy nos conta que "certa feita por ocasião do censo, a pessoa que foi preencher o formulário em sua casa colheu todos os dados, menos o referente à cor e, por fim, lhe perguntou: 'Que cor eu ponho, doutor?' -; ao que ele respondeu, irônico: 'Ponha, 'azul'!' (1985, p. 51). A história do doutor Casemiro Rocha ilustra no plano biográfico a lógica e o funcionamento do pre-conceito racial de marca tal como proposto pelo autor:

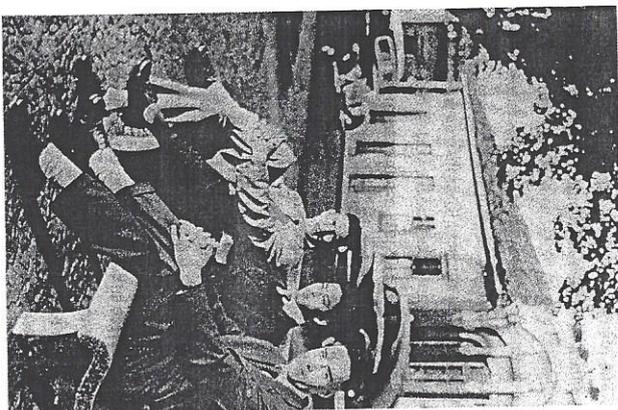
Um close-up

O "relatório" aqui publicado integrou portanto o programa de pesquisas sobre relações raciais no Brasil, patrocinado pela Unesco. Em 1954, ganhou o Prêmio Fábio Prado de Estudos Brasileiros, conferido pela União Brasileira de Escritores; foi publicado parceladamente na revista *Anhembi* nos anos de 1954 e 1955; e integrou o volume *Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo: Ensaio Sociológico sobre as Origens, as Manifestações e os Efeitos do Preconceito de Cor no Município de São Paulo* (1955), que reuniu os trabalhos dos estudiosos paulistas integrantes da pesquisa da Unesco.

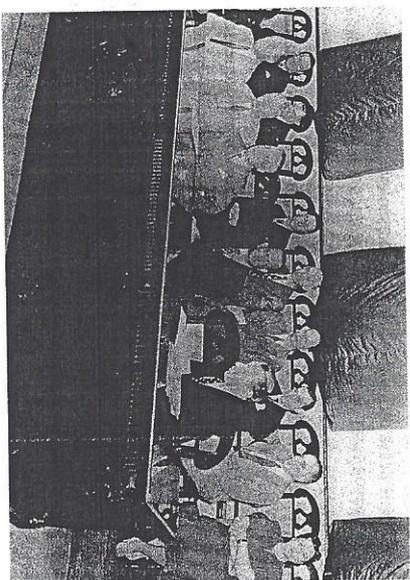
O programa, idealizado por Arthur Ramos e empreendido por Alfred Métraux, compreendeu os trabalhos de Roger Bastide, Florestan Fernandes, Oracy Nogueira, Virginia Leone Bicudo e Aníela Ginsberg, em São Paulo; Luiz de Aguiar Costa Pinto, no Rio de Janeiro; Thales de Azevedo, Charles Wagley e colaboradores na Bahia; René Ribeiro no Recife. Muito embora venham surgindo nos últimos anos diversas avaliações e exames críticos em torno da contribuição de alguns desses pesquisadores, ainda nos falta uma apreciação de seu conjunto⁶.

Ressalto o fato de que esse programa de pesquisas reuniu em torno da abordagem da questão racial não só diferentes intelectuais e regiões do país como diferentes formas de conceber e realizar a pesquisa sociológica. O conjunto é especialmente revelador do campo intelectual da época. Restringindo o escopo da discussão ao propósito desta apresentação, importa ressaltar que o programa se implanta num momento de reestruturação do campo intelectual paulista, bastante crítico do ponto de vista de nosso autor.

Em 1952, Donald Pierson, até então verdadeiro diretor acadêmico da USP e centro de uma rede de alunos e ex-alunos entre os quais estava Oracy Nogueira, iniciou, por razões de saúde, seu retorno aos Estados Unidos, em plena pesquisa no Vale do Rio São Francisco (Pierson, 1987). Dois anos antes, Pierson chegara a ser convidado por A. Métraux



2. Oracy Nogueira à direita da fotografia, durante pesquisa de campo em Iapetúni-ga, 1º de novembro de 1948.



3. Coletação de grau da turma de bachareis em Ciências Políticas e Sociais, mestres em Ciências Sociais de 1947 e aula inaugural do ano letivo de 1948. Escola de Sociologia e Política. Na frente, identificamos Donald Pierson (2º da esq. para dir.) e Herbert Balduz (5º da esq. para dir.). Àtrás, vemos Oracy Nogueira (3º da esq. para dir.)

6. Para Florestan Fernandes, ver Arruda (1996); sobre Pierson e Thales de Azevedo, ver Guimarães (1996). Ver também Vilhena (1997). Marcos Schor Maio está terminando sua tese de doutorado (IUPERJ) sobre o impacto do projeto Unesco para o desenvolvimento das ciências sociais no país. Há também em andamento pesquisa de Verena Stockle (Universidade de Barcelona).

para coordenar as pesquisas em São Paulo. Sua recusa acarretaria a transferência do convite a Roger Bastide, quem, por sua vez, chamara Florestan Fernandes para compartilhar a coordenação.⁷

Visto retrospectivamente, o episódio é marcante, sobretudo se levarmos em conta que, juntamente com as duas alemãs de coordenação, estão em jogo abordagens sociológicas não só diferenciadas como em certo sentido opostas. Simplificando um quadro complexo, Pierson pode ser visto como representante da tendência dos estudos de comunidade, hegemônica até então. Para Florestan Fernandes, e também em alguma medida para R. Bastide, o tema das relações raciais é sobretudo uma porta de entrada para discutir a estrutura de classes da sociedade brasileira e os grandes processos históricos que a configuraram (Peirano, 1994). Esse tipo de visão tornar-se-ia hegemônico no seio das ciências sociais na década seguinte.

Muito embora ideologicamente de esquerda e filiado ao Partido Comunista, Oracy Nogueira vinculava-se intelectualmente a Pierson, à Escola de Chicago e aos estudos de comunidade, cuja validade heurística insistiria sempre em defender. Uma independência intelectual por sinal dificilmente sustentável nos tempos que se seguiriam. Na ocasião que focalizamos, foi por sugestão de Pierson que Métraux o convidou diretamente para integrar o grupo de pesquisadores em São Paulo. Foi também diretamente a Métraux que Nogueira apresentou seu projeto de pesquisas sobre relações raciais.⁸

Esse conjunto de circunstâncias tornou Oracy Nogueira — cujo temperamento tímido e discreto certamente não se caracterizava pelo gosto da polêmica, mas antes pelo respeito ao talento de seus colegas — um elemento deslocado no grupo de pesquisa paulista. Sinais dessa dificuldade de inserção são evidenciados na edição do volume Unesco/*Anthembi* (1955). O subtítulo *Ensaio Sociológico sobre as Origens, as Manifestações e os Efeitos da Preconceito de Cor no Município de São Paulo* excluiu de antemão o trabalho de nosso autor, realizado em outro município. O índice da publicação relacionava dois trabalhos de sua autoria (tanto “Relações Raciais” como “Preconceito de Marca e Preconceito de Origem”) quando apenas o primeiro foi efetivamente publicado. Mais notável ainda é o fato de ele ter sido absolutamente omitido dos comentários introdutórios de Roger Bastide ao livro. Um significativo silêncio marcou esse texto desde a publicação.⁹

O afastamento de Donald Pierson do país abalou, entretanto, mais profundamente a base institucional que propiciava o tipo de formação sociológica encarnado por Oracy Nogueira. Isso coincidiu com a perda de dinamismo da Escola Livre de Sociologia e

Política, e o efeito dessa combinação de condições sobre a carreira de Nogueira foi imediato. No mesmo ano — 1952 —, percebendo que sua situação naquela instituição “já não era a mesma” (Nogueira, 1985), nosso autor ingressou na Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo e no Instituto de Administração anexo. A tese de doutorado, por sua vez, não pôde ser defendida. Em 1952, em pleno macarthismo, sua vinculação ideológica e partidária impediu a obtenção do visto para retorno aos Estados Unidos.

A partir de então, sua relação com a ELSP se desenvolveria numa agonia lenta. Em 1957, ele veio para o Rio de Janeiro à disposição do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, a convite de Darcy Ribeiro, seu ex-aluno. Em 1961, voltou a São Paulo, desligando-se então definitivamente da ELSP. Integrado posteriormente à Universidade de São Paulo — em 1968, como docente na área de sociologia da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas e, em 1970, no Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas —, Oracy Nogueira passou a ser visto, e também em alguma medida a ver a si mesmo, como um especialista em “métodos e técnicas”.¹⁰

Esse conjunto de circunstâncias embasa o relativo desconhecimento que encobriu “Relações Raciais no Município de Itapetininga”. Na década de 1960, os estudos de comunidade foram, por sua vez, alvo de contundentes críticas¹¹, cujo efeito, talvez inadvertido, foi deles afastar as gerações subsequentes. Ora, como estudo de comunidade, “Relações Raciais no Município de Itapetininga” é exemplar da estreita e propalada associação da antropologia com a sociologia existente nas décadas de 1940 e 1950 (Antonio Cardoso de Oliveira, 1986; Castro Farfa, 1993). Como tal, lembra-nos também que a formação propiciada pela Escola Livre de Sociologia e Política se caracterizava não apenas por uma forte orientação empírica, mas também por uma tendência própria a uma época que parece ter mais a nos dizer do que aquilo a que estamos habituados a ouvir.

Quanto ao tema das relações raciais, a contribuição desse texto é imensa. Do ponto de vista do combate à discriminação racial no Brasil, uma estratégia sensata deriva da formulação do “preconceito de marca”. Essa forma de discriminação — tão nociva e indesejável como outra qualquer — opera antes pela preterição que pela exclusão. É ambivalente, pois ao fenômeno se misturam outros princípios classificatórios, tais como o pertencimento de classe e a distância social, porém, diferentemente do preconceito de origem, não gera antagonismos e ódio racial profundo. Se é assim, diz-nos Nogueira, as atitudes e concepções de brancos e pretos seriam mais passíveis de modificação por meio de processos racionais. O esclarecimento e a divulgação de informações objetivas sobre o racismo brasileiro ajudariam em muito o seu combate.

7. Fernandes narra sua versão do episódio no livro *A Condição do Sociólogo* (1978, pp. 92-94).
8. Ver carta de Nogueira a Métraux de 22 de dezembro de 1950 (Statement on Race, Reg. file 323.12 A 102, Part I box reg. 146). Paris, Unesco archives), cuja cópia me foi gentilmente cedida por Marcos Schor Maio.
9. Apenas os trabalhos de Florestan Fernandes e Roger Bastide seriam republicados no vol. 305 da Coleção Brasileira, que mantém o título da publicação original, *Relações entre Negros e Brancos em São Paulo*, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1959.

10. Em 1978, Nogueira ainda voltaria à Faculdade de Economia e Administração com o concurso para professor titular de Sociologia Aplicada à Economia. Lá permaneceu até a aposentadoria em 1983.

11. Ver Janini (1961), e Wootman (1972).

Do ponto de vista analítico, suas formulações são profundamente inovadoras. Oracy Nogueira percebeu com muita clareza, antecipando-se à perspectiva antropológica contemporânea, que as relações raciais são uma construção plenamente social. O preconceito racial é um assunto de significação, que integra, como tal, sistemas de classificação social. É portanto culturalmente variável e universalmente comparável. Nem causa nem efeito de uma estrutura social preexistente, mas um fato em que ação e representação caminham juntas, em que se integram aspectos diversos – econômico, político, ideológico – da vida social estudada. Um fato social que a linguagem posteriormente incorporada pela tradição antropológica no Brasil não hesitaria em chamar de "total".

Rio de Janeiro, 7 de junho de 1997

MARIA LAURA VIVEIROS DE CASTRO CAVALCANTI
(IFCS/UFRJ)

Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti é professora adjunta de antropologia no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. É autora de *Carnaval Carioca: Dos Bastidores ao Desfile* (Rio de Janeiro, Funarte/Ed. da UFRJ, 2. ed., 1995); *O Mundo Invisível: Cosmologia, Sistema Ritual e Noção da Pessoa no Espiritismo* (Rio de Janeiro, Zahar, 1983); *O Que é o Espiritismo (2a. Visão)* (São Paulo, Brasiliense, 2. ed., 1986); e de diversos artigos em revistas especializadas. Desenvolve atualmente pesquisas sobre festas e rituais populares contemporâneos e sobre história da antropologia no país

Bibliografia

- ARAUJO, Maria Armanda do Nascimento. "Dilemas do Brasil Moderno: A Questão Racial na Obra de Florestan Fernandes". In: *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro, Fiocruz, 1996.
- CANDIDO, Antonio. "Informações sobre a Sociologia Paulista". In: *Ensaio Paulista*. São Paulo, Anhembi, 1958.
- CAMALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. "Oracy Nogueira e a Antropologia no Brasil: O Estado do Estigma e do Preconceito Racial". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Ampoc, ano 11, (31): 5-28, jun. 1996.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. "O Que é Isso Que Chamamos de Antropologia Brasileira?". In: *Anuário Antropológico de 1985*. Rio de Janeiro, 1986.
- CASTRO FARIA, Luis de. "Uma Antropologia Social Tupiniquim?". In: *Antropologia: Espetáculo e Excelência*. Rio de Janeiro, Ed. da UFRJ, 1993.
- CORREIA, Mariza. "Traficantes do Simbólico". In: *História da Antropologia no Brasil (1930-1960). Testemunhos*. São Paulo/Campinas, Vértice/Ed. da Unicamp, 1987.
- DAMATTA, Roberto. "Digressão: A Fábula das Três Raças, ou o Problema do Racismo à Brasileira". In: *Relativizando: Uma Introdução à Antropologia Social*. Rio de Janeiro, Rocco, 1987.
- FLORESTAN, Florestan. *A Condição do Sociólogo*. São Paulo, Hucitec, 1978.
- FERNANDES, F. & BASTIDE, R. *Relações entre Negros e Brancos em São Paulo*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1959.
- FRY, Peter. "Politicamente Correto num Lugar Incorreto Noutro? (Relações Raciais no Brasil nos Estados Unidos, em Moçambique e no Zimbábue)". *Estudos Afro-asiáticos*, (21), dez. 1991.
- _____. "O Que a Cindéria Negra Tem a Dizer sobre a 'Política Racial' no Brasil". *Revista USP*, São Paulo, (28), dez. 1995-fev. 1996.
- FUKUI, Lia. "Estudos e Pesquisas sobre Família no Brasil". *Boletim Informativo Bibliográfico*, Rio de Janeiro, (17), 1985.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio. "Cor, Classes e Status nos Estudos de Pierson, Azevedo e Harris na Bahia: 1940-1960". In: *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro, Fiocruz, 1996.
- IANNI, Olávio. "Os Estudos de Comunidade e o Conhecimento Científico". *Revista de Antropologia*, São Paulo, (9), 1961.
- LAMONGI, Fernando. "A Escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo". In: MIGUEL, Sérgio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo, Finep/Idesp/Vértice, 1989, vol. 1, pp. 217-233.
- LIPP, Lucia. *A Sociologia do Guerreiro*. Rio de Janeiro, Ed. da UFRJ, 1995.
- MAGUIE, Yvonne. *A Ilusão do Concreto: Análise do Sistema de Classificação Racial no Brasil*. Tese apresentada para concurso de professor titular de antropologia. IFCS/UFRJ, 1991.
- _____. "Aqueles a Quem Foi Negada a Cor do Dia: As Categorias Cor e Raça na Cultura Brasileira". In: *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro, Fiocruz, 1996.
- MELATTI, Júlio César. "A Antropologia no Brasil: Um Roteiro". *Boletim Informativo Bibliográfico*, Rio de Janeiro, (17): 3-52, 1984.
- MIGUEL, Sérgio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo, Finep/Idesp/Vértice, 1989, vol. 1.
- Nogueira, O. Ver bibliografia do autor adiante.
- PIERSON, Donald. *Uma Antropologia no Plural: Três Experiências Contemporâneas*. Brasília, Ed. da UnB, 1994.
- PIERSON, Donald. "Algumas Atividades no Brasil em prol da Antropologia e Outras Ciências". In: CORREIA, Mariza (org.). *História da Antropologia no Brasil (1930-1960). Testemunhos*. Campinas/São Paulo, Ed. da Unicamp/Vértice, 1987.
- SKIDMORE, Thomas. "O Negro no Brasil e nos Estados Unidos". *Argumento*, ano 1 (1), 1973.
- VILHENA, Luis Rodolfo. "África na Tradição das Ciências Sociais no Brasil". In: *Ensaio de Antropologia*. Rio de Janeiro, Ed. da UFRJ, 1997.
- WOORIKMAN, Klaas. "A Antropologia Brasileira e os Estudos de Comunidade". *Universitas*, Salvador, (11): 103-140, jan.-abr. 1972.

AGRADECIMENTOS

Ao dar por concluído o presente trabalho, não posso deixar de agradecer publicamente aos diretores e funcionários de associações recreativas e religiosas, de instituições de assistência social e de serviços públicos bem como aos numerosos particulares das mais variadas condições sociais, de Itapetininga, pela cooperação que ofereceram, sob as mais variadas formas, concedendo entrevistas, dando acesso a preciosos dados e informações e facilitando contatos e situações propícios à observação, sem o que não se teria realizado este estudo.

Meus agradecimentos se dirigem, em especial, aos Professores Antonio de Godoy Moreira Junior, Silvio de Moraes, Juvenal de Paiva Pereira, Antonio Antunes Alves e Graco Silveira dos Santos, aos senhores José de Melo Leonel, diretor de secretaria da Câmara Municipal e Carlos Ribas Martins, agente municipal de estatística, aos senhores Waldemiro de Carvalho e Dr. Ciro Albuquerque, respectivamente prefeitos anterior e atual do Município, Mozart Aguiar, Floriano Peixoto de Paula Ferreira e Norberto Acácio França, dos tabelionatos locais, ao venerando jornalista, sr. Antonio Galvão, pela inestimável contribuição à reconstrução de importantes aspectos da vida social do século passado, possibilitada por uma prodigiosa memória, posta a serviço de uma vida excepcionalmente ativa, a seu filho, sr. Antonio Galvão Junior, diretor do *Diário de Itapetininga*, pela liberdade com que franqueou sua preciosa coleção de jornais locais, cujas páginas ensejaram um recuo no tempo até o ano de 1873, ao sr. Sebastião da Silva Leite Fernandes, secretário da Prefeitura Municipal, à sra. Hermínia de Melo Franco Rezende, igualmente por preciosas informações, bem como aos srs. Othon O. de Albuquerque, Miguel Pedro dos Santos Terra, Sebastião Vilaça, Fábio Fabiano Alves, Pacífico Antonio Pereira ("Pacífico"), presidente honorário do Clube 13 de Maio, José de Campos e Antonio de Souza, da diretoria desta associação, Eduardo Pedro de Moura, presidente da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, Claudionor Alves de Almeida, Antonio Coimbra, Joaquim Leite,

Durvalino Toledo, Antonio Leonel, ao sargento reformado Benedito dos Santos (o "Mô"), à sra. Maria Canuta, à sra. Ana Maria de Oliveira, viúva do sr. João Leite, ao sr. Osório Soares, ao sr. Jandir Lobo e ao sr. Berto de Melo Franco.

Devo agradecer, também, a José Albertino Rosário Rodrigues, meu auxiliar na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, pela eficiente cooperação dada tanto no trabalho de campo como na pesquisa de documentos para o presente estudo, inclusive no levantamento de dados no Departamento do Arquivo do Estado; a Lisette Toledo Ribeiro Nogueira, minha esposa, que participou das diferentes fases da pesquisa, viajando a Itapetininga, observando, entrevistando e colhendo dados no arquivo da Prefeitura local; à Escola de Sociologia e Política de São Paulo, na pessoa de seu diretor, dr. Ciro Bertinck, por haver facilitado a realização do estudo, numa demonstração de cooperação com a Unesco; e a esta organização, na pessoa do Professor Alfred Métraux, pela iniciativa de patrocinar este trabalho, como parte de uma série de estudos sobre relações raciais no Brasil.

ORACY NOGUEIRA

INTRODUÇÃO

Tendo de proceder a um estudo sobre relações inter-raciais, numa comunidade do interior do Estado de São Paulo, abrangendo, principalmente, os componentes brancos, pretos e mestiços da população, o autor escolheu, para este fim, o município de Itapetininga onde, desde dezembro de 1947, vinha fazendo um levantamento sistemático de dados para uma análise da estratificação social.

O município de Itapetininga é dos mais antigos do Estado de São Paulo. Por volta de 1724, já existia o arraial, à margem do rio do mesmo nome. Em 1770, foi fundada a vila, a uma légua de distância, mais ou menos, sendo-lhe conferida a condição de cidade, em 1855. A cidade está, pois, situada na chamada zona "velha", porém, nela têm sido introduzidos os melhoramentos urbanos de que gozam as mais prósperas cidades tanto antigas como novas do Estado de São Paulo.

No município de Itapetininga está representada toda a gama de condições e posições sociais que se podem encontrar no Brasil: famílias abastadas e tradicionais e elementos intermediários até a grande massa dos menos favorecidos: brancos, mulatos e pretos, imigrantes e seus descendentes; profissionais liberais, professores, funcionários burocráticos das repartições federais, estaduais e municipais, a massa dos pequenos trabalhadores urbanos e a proporção ainda maior dos trabalhadores rurais.

Situação Populacional nos Censos

O recenseamento de 1940 registrou, para o município de Itapetininga, uma população de 34 437 indivíduos, dos quais 13 623 estavam domiciliados nas zonas urbana e suburbana e 20 814, na zona rural. A população rural constituía, portanto, 60,44% do total. Ainda de acordo com o recenseamento, a população, em 1940, compreendia 89,77% de brancos, 5,21% de pretos, 3,99% de pardos, 1,11% de amarelos e 0,02% cuja cor não foi declarada.

Quadro 1. População segundo a cor da pele, no interior e na capital do Estado de São Paulo e no município de Itapetininga, recenseamento de 1940.

Cor	Interior		Capital		Itapetininga	
	nº	%	nº	%	nº	%
Branca	4.894.751	83,60	1.203.111	90,71	30.881	89,67
Parda	292.678	5,00	45.136	3,40	1.376	3,99
Preta	460.895	7,87	63.546	4,80	1.793	5,21
Amorela	200.774	3,45	14.074	1,06	381	1,11
Não declarada	4.957	0,08	394	0,03	6	0,02
Total	5.854.055	100,00	1.326.261	100,00	34.437	100,00

Quanto à nacionalidade, a população do município compreendia, em 1940, 97,29% de brasileiros natos, 0,69% de brasileiros naturalizados, 2,00% de estrangeiros, e 0,02% de nacionalidade não declarada.

Quadro 2. População de acordo com a nacionalidade, no interior e na capital do Estado de São Paulo e no município de Itapetininga, recenseamento de 1940.

Nacionalidade	Interior		Capital		Itapetininga	
	nº	%	nº	%	nº	%
Brasileiros natos	5.334.273	91,12	1.029.047	77,59	33.505	97,29
Brasileiros naturalizados	41.935	0,71	11.176	0,84	239	0,69
Estrangeiros	476.522	8,14	285.469	21,52	689	2,00
Não declarados	2.325	0,03	569	0,05	4	0,02
Total	5.854.055	100,00	1.326.261	100,00	34.437	100,00

Quanto às atividades principais, veja-se o quadro 3, que permite a comparação com a distribuição para o total do Estado de São Paulo.

Quadro 3. Atividades principais dos indivíduos de 10 anos e mais, no Estado de São Paulo e no município de Itapetininga, recenseamento de 1940.

Atividades	Estado de São Paulo		Município de Itapetininga	
	nº	%	nº	%
Agricultura, pecuária, silvicultura	1.529.055	29,48	8.336	33,68
Indústrias extrativas	22.758	0,44	45	0,18
Indústrias de transformação	428.478	8,26	794	3,21
Comércio de mercadorias	189.955	3,66	605	2,44
Comércio de imóveis, valores mobiliários, crédito, seguros e capitalizações	18.315	0,35	48	0,39
Transportes e comunicações	129.524	2,50	783	3,16
Administração pública, justiça, ensino público	70.830	1,37	385	1,56
Defesa nacional, segurança pública	24.481	0,47	548	2,22

(cont.)

(cont.)

Atividades	Estado de São Paulo		Município de Itapetininga	
	nº	%	nº	%
Profissões liberais, culto, ensino particular, administração privada	32.345	0,62	104	0,42
Serviços, atividades sociais	177.799	3,43	709	2,86
Atividades domésticas, atividades escolares	2.138.784	41,23	10.487	42,38
Condições inativas, atividades não compreendidas nos demais ramos, condições ou atividades mal definidas ou não declaradas	424.852	8,19	1.905	7,70
Total	5.187.176	100,00	24.794	100,00

Em 1946, o valor da produção agrícola, por habitante, no município de Itapetininga, cuja densidade se estimava em dezenove habitantes por quilômetro quadrado, foi de Cr\$ 847,00, enquanto no Estado de São Paulo foi de Cr\$ 873,00¹.

Em 1947, o valor anual da produção industrial, por operário, no município, foi de Cr\$ 60.214, enquanto, no Estado todo, esse valor foi de Cr\$ 92.250. O salário médio mensal, por operário, nesse mesmo ano, no município, foi de Cr\$ 595,00, enquanto no Estado de São Paulo foi de Cr\$ 776,000².

De acordo com o recenseamento de 1940, a população de 0 a 15 anos constituía, no município, 40,02% do total e a de 65 anos e mais, 2,93%, dando, portanto, um coeficiente de dependência de 42,95%. Esse coeficiente era de 43,23% para o Estado de São Paulo e 42,99% para o Brasil. A população de 0 a 15 anos, no Estado de São Paulo, constituía 39,5%, elevando-se, no Brasil, a 41,5%.

Ainda de acordo com o recenseamento de 1940, a taxa de masculinidade por mil mulheres, no município, era a seguinte: zona urbana, 986,89; suburbana, 943,26; rural, 1.069,11; e geral, 1.032,28. Para o Estado de São Paulo, a taxa era de 1.045,84 homens para mil mulheres.

Nesta comunidade, relativamente pequena e antiga, tornava-se exequível a combinação de dados provenientes de documentos históricos com os de fontes atuais e da observação direta, de modo a verificar-se o choque das mudanças sociais gerais, que se têm acelerado, nos últimos cinquenta anos, sobre os padrões de relações inter-raciais e sobre a situação real dos vários componentes étnicos da população.

A condição econômica é o principal fator para que um indivíduo ou família se alce a uma determinada camada da sociedade. A própria sociedade local divide a si mesma em três classes, cujos critérios de discriminação são, quase integralmente, a

1. Cf. Vicente Unzer de Almeida e Octavio Teixeira Mendes Sobrinho, *Migração Rural-urbana*, Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, Diretoria de Publicidade Agrícola, 1951.

2. *Idem*.

contraparte, em termos de atitudes e de avaliações explícitas, das posições que os indivíduos ocupam no sistema de produção e de distribuição de riqueza. Assim, de um modo geral são incluídos na "classe alta" indivíduos e famílias cuja subsistência e padrão de vida não dependem de trabalho manual próprio nem de trabalho ou atividade que implique a sua subordinação à iniciativa alheia. Quanto mais remoto está o indivíduo ou família de tal necessidade – remoto em matéria de recursos, o que se mede pelo número mômio material de que dispõe, e remoto cronologicamente, o que se mede pelo número de gerações em que a família se tem apresentado na mesma camada – mais sólido o prestígio ou reputação de que goza, a esse respeito. Daí a preocupação com a genealogia por parte dos membros das "famílias tradicionais". Essa camada ou classe social responde, portanto, à parte da população que detém em suas mãos os meios de produção (e de lucro): as fazendas, os imóveis urbanos, os estabelecimentos industriais. Os profissionais liberais são, em geral, identificados como membros dessa camada, o que em parte se explica pela estreita ligação entre a situação econômica dos pais e as oportunidades educacionais dos filhos.

É significativo o fato de constituírem os comerciantes o grupo ocupacional mais numeroso no quadro social do clube considerado como da "classe alta", ao mesmo tempo que os tipos de ocupação e sua distribuição variam sensivelmente entre os componentes dos quadros sociais dos três clubes recreativos locais.

A classe dominante, no município de Ilapetininga, assim caracterizada, abrange, provavelmente, não mais de 5% da população total. Seu núcleo é constituído por descendentes dos principais proprietários que se estabeleceram na localidade no século XVIII, participando da vila que, posteriormente, se desenvolveu na atual cidade.

A "classe média", tal como a população a reconhece, é constituída de professores (parte dos quais figura na classe anterior), pequenos funcionários públicos, empregados do comércio, pequenos comerciantes e pequenos artilheiros possuidores de suas próprias oficinas. Abrange a parte da população que, não tendo a posição privilegiada na classe anterior, no entanto, tem a constante preocupação de alcançá-la e de imitá-la, quer no trajar-se, quer no modo de falar e em outras maneiras que a caracterizam, esquivando-se, tanto quanto possível, a trabalhos que considera "impróprios" para a sua posição e que incluem, de um modo geral, os trabalhos manuais, especialmente as atividades consideradas "pesadas" e "sujas". Seus membros, em sua quase totalidade, vivem de ordenados ou de pequenos lucros que impõem moderação e disciplina nos gastos, embora sua situação seja relativamente confortável, comparada com a da classe menos favorecida. Os indivíduos e famílias dessa camada, em geral, gozam de certa segurança econômica representada pela estabilidade do emprego e por direitos como licença remunerada, pensão, aposentadoria e outros, que lhes garantem o amparo em caso de doença, invalidez, velhice e morte dos elementos economicamente ativos, dos quais depende o sustento integral ou parcial da família. Além de se preocupar em eximir-se de trabalho manual, também se preocupam em instruir-se e dar oportunidade de instrução à sua dependência e

em assumir maneiras que lhes valham a aprovação e correspondam à expectativa dos demais membros de sua própria classe e da classe que lhes está acima.

A classe média, assim caracterizada, não abrange mais de 20% da população do município.

A terceira e última camada ou "classe social" é constituída de uma grande massa de indivíduos que não têm outra forma de garantir a própria subsistência senão o alugar o próprio trabalho aos membros das duas camadas descritas anteriormente ou a instituições por eles dominadas. Na zona rural, são agricultores sem terra, na cidade, empregados de fábricas e oficinas, trabalhadores de rua, empregados domésticos, engraxates, pedreiros-etc. É, em sua maioria, gente que não dispõe de segurança econômica, cuja renda está abaixo ou nos limites das necessidades de subsistência, não tendo, em geral, possibilidade de acumular os resultados da própria poupança. Sua manutenção depende, portanto, das condições de saúde física imediatas e se faz à custa da privação sistemática de elementos de conforto e bem-estar que os membros das duas camadas interiores consideram indispensáveis como calçados, roupas adequadas a diferentes situações, assistência médica e dentária, alimentos que não se limitem aos "do regime monótono e simples" que os membros dessa camada se acomodaram por necessidade. Assim, externamente, sua presença se evidencia pelo modo de trajar – roupa rústica, de baixo custo, desprezível, estragada ou remendada, sem sapatos ou com estes com os sinais próprios de longa duração e de sujeição a pesado esforço, sem gravata ou com esta das mais modestas e longamente usada – ou de falar – linguagem que se desvia constantemente das regras gramaticais e evada de corrupeias, demonstrando a falta de escolaridade – pelo trato pessoal – dentes quase sempre estragados ou sem tratamento, ausência prematura dos incisivos; os homens, em geral, não se barbeiam diariamente e se demoram a cortar os cabelos; homens e mulheres apresentam as mãos calçadas – pela atitude –, não se enverganharam de trabalho manual, "não têm medo de sujeira", aceitam as doenças com fatalismo – e pela instrução – são analfabetos ou têm apenas instrução rudimentar.

A terceira classe, assim caracterizada, compreende, provavelmente, 75% da população do município.

O presente estudo está dividido em duas partes – uma destinada à análise da composição da sociedade local no tempo da escravidão e dos padrões de relações inter-raciais aí vigentes e outra, à da situação atual, com atenção especial ao problema do preconceito racial (doc. I/A. 1).

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO SEGUNDO A COR

1

O censo de 1940 revelou, para o município de Itapevitinga, uma população de 34 437 indivíduos.

O quadro 7 mostra a distribuição dessa população, por idade e sexo. A proporção de indivíduos diminui, progressivamente, à medida que se vai das idades mais jovens para as mais velhas, com predominância numérica dos elementos masculinos, o que dá à distribuição a configuração de um triângulo de ampla base e afunado vértice, com ligeira assimetria determinada pelo maior afastamento, do lado masculino, em relação à vertical que vai do vértice à base. Essa configuração triangular (ou piramidal), em que a proporção de indivíduos, em qualquer idade, é menor que na idade imediatamente inferior, e com predomínio do lado masculino, é característica das populações mais rurais que or, e com predomínio do lado masculino, é característica das populações mais rurais que urbanas, mais agrárias que industriais, em que uma elevada taxa de natalidade compensa, consideravelmente, a de mortalidade, donde resulta um alto índice de crescimento vegetativo. Conseqüentemente, é elevada a proporção de indivíduos inativos, isto é, que ainda não atingiram o período de produtividade, ao mesmo tempo que retardam os dependentes por excesso de idade. No conjunto, o sexo masculino representa 50,7%, sendo de 103 o índice de homens por 100 mulheres, quando atinge a 105 o do Estado de São Paulo. A proporção de homens por 100 mulheres serve de medida da assimetria da distribuição. Examinando-se os índices, para as diferentes classes etárias, observa-se que estes variam de um mínimo de 96 por 100 mulheres, na classe dos 70 a 79 anos, para um máximo de 137 por 100 mulheres, na classe seguinte, dos indivíduos de 80 anos e mais, havendo, ainda, uma inversão na dos 10 a 19, com 97 homens por 100 mulheres e na dos de 30 a 39, com 99 por 100. Tanto o mínimo da classe dos 70 a 79 como o máximo da seguinte, provavelmente se devem a erros de aumento ou diminuição de idade, sendo de 105 por 100 mulheres o índice para as duas classes mais velhas tomadas em conjunto. O índice

da classe dos 30 a 39 anos possivelmente terá sido influenciado pelos "erros de diminuição de idade", mais frequentes entre os elementos do sexo feminino, sendo de 107 o índice para as classes de 30 a 39, em conjunto. Quanto à irregularidade que se observa na classe dos 10 a 19 anos, parece indicar uma tendência ao êxodo de elementos masculinos nessa fase, em cuja última metade a maior parte dos indivíduos inicia sua vida de trabalho, numa sociedade em que ao homem se atribuem, ao mesmo tempo, maior independência de movimentos e maior responsabilidade, sob o ponto de vista econômico.

Quadro 7. Distribuição da população por sexo e idade*, Itapetíninga, censo de 1940.

Idade (em anos)	Masculino		Feminino		Homens por 100 mulheres
	nº	%	nº	%	
0-9	4.937	14,3	4.749	13,8	104
10-19	4.046	11,8	4.161	12,1	97
20-29	3.010	8,7	2.885	8,4	104
30-39	2.076	6,0	2.093	6,1	991
40-49	1.655	4,8	1.401	4,1	118
50-59	971	2,8	917	2,7	106
60-69	540	1,6	497	1,4	111
70-79	180	0,5	188	0,5	96
80 e mais	70	0,2	51	0,1	137
Total	17.485	50,7	16.942	49,2	103

* Excluídos seis indivíduos cuja cor não foi especificada e quatro de idade ignorada.

O índice de 103 indivíduos masculinos por 100 mulheres, para o conjunto da população, indica uma tendência à equiparação da proporção de elementos de ambos os sexos, exprimindo o estado de transição da população local de predominante e caracteristicamente rural para predominante e caracteristicamente urbana. Com efeito, enquanto para o conjunto da população, o índice é de 103 homens por 100 mulheres, menos que o do Estado de São Paulo (105), para a zona urbana do município, ele desce para 99 homens por 100 mulheres, para a subúrbana é de 94 e, na rural, sobe para a 107 (loc. 1/A. 1).

O quadro 8 e os gráficos 1 e 2 mostram a distribuição da população do município, quanto à cor, por idade e sexo. Observa-se que as porcentagens diminuem, das idades mais jovens para as mais velhas, e se concentram no grupo branco, ficando rarefeitas nas demais categorias (pretos, pardos e amarelos).

Sobre o total da população, revelou o censo de 1940 constituírem os brancos 89,7%, os pretos, 5,2%, os pardos, 4,0%, os amarelos, 1,1%.

Calculando-se a proporção de indivíduos, quanto à cor, em cada classe de idade, obtêm-se as porcentagens que se vêem no quadro 9. Observa-se que, da penúltima classe em idade, 70 a 79 anos, à primeira, abaixo de 10 anos, a proporção de brancos se mantém em torno de 89%, sendo a maior oscilação para menos, a dos 40 a 49 anos, 88,8% e, para mais, a dos 10 a 19 anos, 90,2%. Entre os indivíduos de 80 anos e mais, os brancos

Quadro 8. Distribuição da população quanto à cor, por idade e sexo*, Itapetíninga, censo de 1940.

Idade (em anos)	nº	%	Total		Branco		Pretos		Pardos		Amarelos	
			m.	f.	m.	f.	m.	f.	m.	f.	m.	f.
0-9	9.686	28,2	14,3	13,9	12,9	12,4	0,6	0,7	0,6	0,6	0,2	0,2
10-19	8.207	23,9	19,8	12,1	10,6	11,0	0,6	0,5	0,4	0,1	0,1	
20-29	5.895	17,2	8,8	8,4	7,9	7,5	0,4	0,5	0,4	0,3	0,1	0,1
30-39	4.169	12,1	6,0	6,1	5,4	5,4	0,3	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1
40-49	3.056	8,6	4,6	4,0	4,0	3,6	0,3	0,2	0,2	0,1	0,0	
50-59	1.888	5,4	2,7	2,7	2,5	2,4	0,1	0,2	0,1	0,1	0,0	0,0
60-69	1.037	3,1	1,6	1,5	1,4	1,3	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0
70-79	368	1,0	0,5	0,5	0,5	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
80 e mais	121	0,3	0,2	0,1	0,2	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

* Cálculo sobre o total 34.437, excluídos seis indivíduos cuja cor não foi declarada e quatro de idade desconhecida. A indicação 0,0 significa a presença em proporção inferior a 0,1%, o traço (-) indica a ausência de casos na respectiva classe.

Gráfico 1. Distribuição da população quanto à cor, por idade e sexo, Itapetíninga, censo de 1940 (masculino).

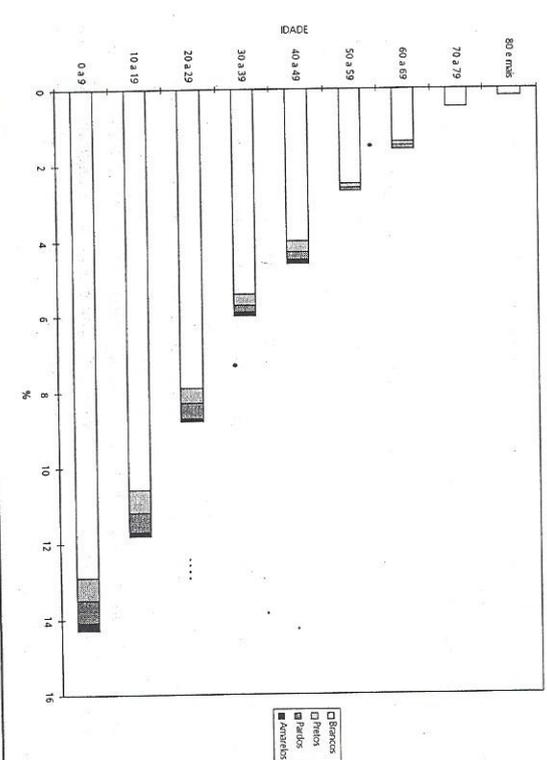
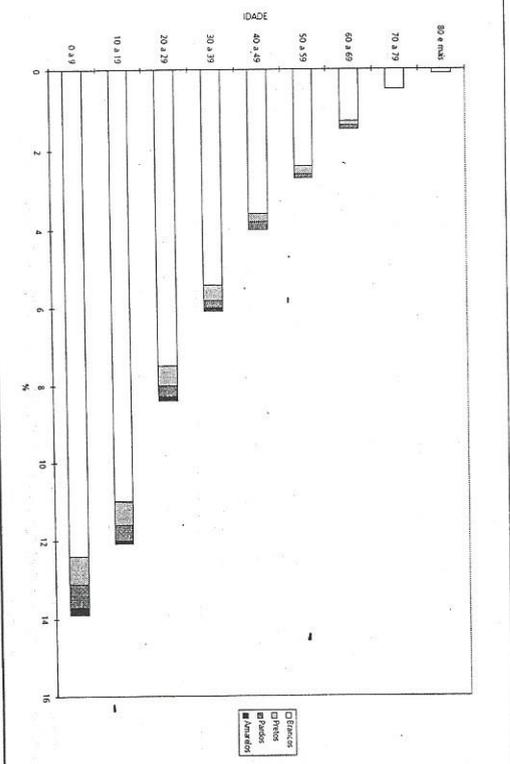


Gráfico 2. Distribuição da população quanto à cor, por idade e sexo, Itapetininga, censo de 1940 (feminino).



baixam para 85,1%, o que parece ser devido à frequência de "erros de envelhecimento" entre os pretos. Assim, a proporção destes desce, de 11,6%, entre os indivíduos de 80 anos e mais, para 4,6%, entre os de menos de 10 anos, mais ou menos gradualmente, com apenas duas irregularidades, entre os de 50 a 59 anos e os de 20 a 29. Oposta à que se observa entre os pretos é a tendência na proporção dos pardos que, de 3,3%, entre os de 80 anos e mais, chegam a 4,1% entre os de menos de 10 anos, com ligeiras irregularidades. Entre os amarelos, são maiores as irregularidades, estando a proporção máxima entre os indivíduos de menos de 10 anos, 1,4%, seguindo-se a porcentagem de 1,2% para as classes de 30 a 39 e 40 a 49, depois a de 0,9% para as classes de 10 a 19 e 20 a 29, estando a mínima, 0,3%, nas de 60 a 69 e 70 a 79, não havendo elementos dessa cor entre os indivíduos de 80 anos e mais.

Os quadros 10, 11, 12 e 13 e os gráficos 3, 4, 5 e 6 mostram, separadamente, a distribuição dos contingentes branco, preto e amarelo, da população local, segundo o sexo e a idade. Nota-se, para cada categoria de cor, a configuração triangular já apontada, com base ampla e vértice afunilado. A base ampla dos triângulos é reflexo da predominância de indivíduos em idades imaturas e juvenis, enquanto o afunilamento progressivo, até o vértice, indica o efeito redutor da mortalidade precoce.

Pelo quadro 10 e pelo gráfico 2, observa-se que a ligeira assimetria da distribuição favorece os elementos masculinos, entre os brancos, com uma porcentagem de 50,7%

Quadro 9. Proporção de indivíduos quanto à cor, em cada grupo de idade*, Itapetininga, censo de 1940.

Idade	Brancos	Pretos	Pardos	Amarelos
De menos de 10 anos	89,9	4,6	4,1	1,4
De 10 a menos de 20 anos	90,2	4,8	4,1	0,9
De 20 a menos de 30 anos	89,9	5,1	4,2	0,9
De 30 a menos de 40 anos	89,1	6,0	3,7	1,2
De 40 a menos de 50 anos	88,8	6,0	4,0	1,2
De 50 a menos de 60 anos	89,6	5,7	3,5	1,2
De 60 a menos de 70 anos	89,4	6,6	3,7	0,3
De 70 a menos de 80 anos	89,2	6,7	3,8	0,3
De 80 anos e mais	85,1	11,6	3,3	

* Cálculo sobre 34.437 indivíduos, excluídos dez sem especificação de cor ou de idade.

Quadro 10. Distribuição da população branca por sexo e idade, Itapetininga, censo de 1940.

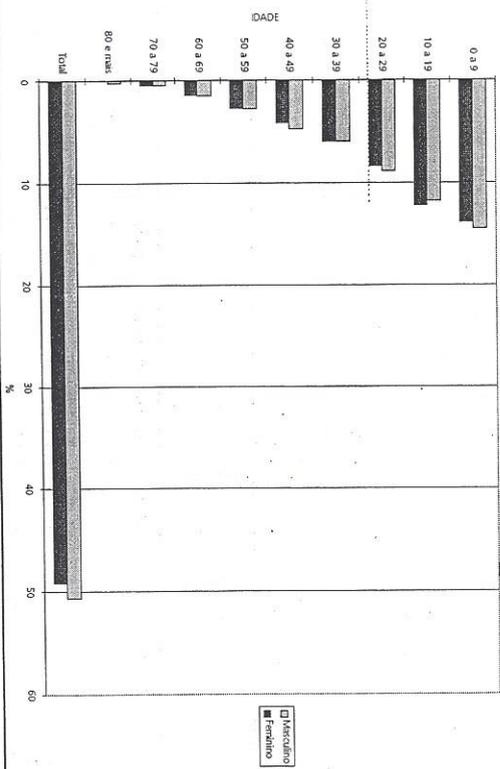
Idade (em anos)	Masculino		Feminino		Homens por 100 mulheres
	n°	%	n°	%	
0-9	4.447	14,4	4.260	13,8	104
10-19	3.633	11,8	3.770	12,2	96
20-29	2.713	8,8	2.579	8,4	105
30-39	1.861	6,0	1.852	6,0	100
40-49	1.461	4,7	1.252	4,1	117
50-59	868	2,8	824	2,7	105
60-69	482	1,5	445	1,4	108
70-79	161	0,5	167	0,5	96
80 e mais	58	0,2	45	0,1	123
Total	15.684*	50,7	15.194*	49,2	103

a. Excluídos dois casos de idade desconhecida.
b. Excluído um caso de idade desconhecida.

por 49,2%. Para o conjunto, o índice é de 103 homens para 100 mulheres, idêntico ao do total da população. O índice mínimo aparece nas classes de 10 a 19 anos e 70 a 79, 96, e o máximo na dos 80 e mais, 123, o dos 10 a 19 devendo estar ligado ao êxodo de elementos masculinos e, aos demais, cabendo a explicação dada acima para as irregularidades correspondentes observadas na distribuição do conjunto da população.

Por sua vez, o quadro 11 e o gráfico 4 mostram a distribuição da população preta, por sexo e idade, indicando, no conjunto, uma tendência oposta à da população branca, com 49,3% de homens, sendo o índice de homens por 100 mulheres de 98. Observa-se que, na população de menos de 40 anos, com exceção de classes dos 10 a 19, os homens figuram em menor proporção do que as mulheres, o que provavelmente está ligado ao

Gráfico 3. Distribuição da população branca por sexo e idade, Itapetininga, censo de 1940.



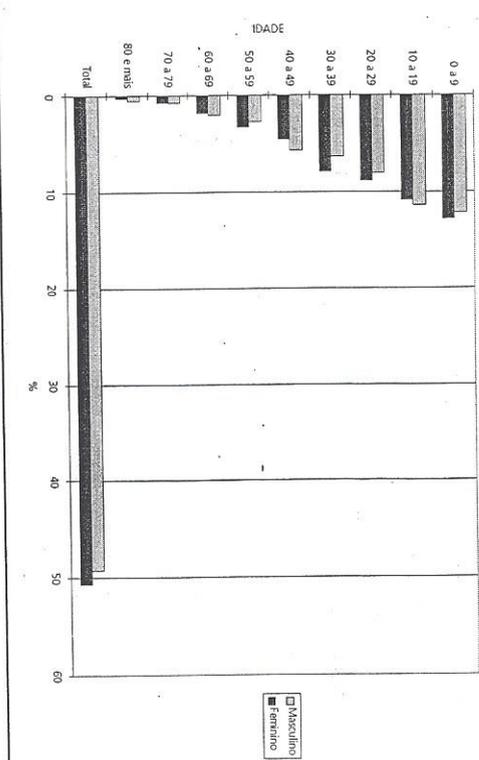
Quadro 11. Distribuição da população preta por sexo e idade, Itapetininga, censo de 1940.

Idade (em anos)	Masculino		Feminino		Homens por 100 mulheres
	nº	%	nº	%	
0-9	216	12,1	230	12,8	94
10-19	203	11,3	193	10,8	105
20-29	143	8,0	157	8,8	91
30-39	113	6,3	139	7,8	81
40-49	103	5,7	81	4,5	127
50-59	49	2,7	58	3,2	84
60-69	36	2,0	32	1,8	113
70-79	13	0,7	12	0,7	108
80 e mais	9	0,5	5	0,3	180
Total	885	49,3	907 ^a	50,7	98

a. Excluído um indivíduo de idade desconhecida.

êxodo para outros pontos do Estado de São Paulo e do território nacional. Nas classes de 40 anos para cima, com exceção da dos 50 a 59 anos, predomina o elemento masculino. O quadro 12 e o gráfico 5 mostram a distribuição dos pardos, por sexo e idade. No conjunto, predominam os homens, com 51,7%. O índice é de 108 homens por 100 mulhe-

Gráfico 4. Distribuição da população preta por sexo e idade, Itapetininga, censo de 1940.



res, inferior apenas ao dos amarelos (japoneses e descendentes). Observam-se duas inversões, nas classes de 30 a 39, 91 por 100, e dos 70 a 79, 75 por 100, bem como uma equiparação, na classe dos 60 a 69 anos, da proporção de elementos masculinos e femininos. Estará possivelmente ligada ao êxodo a diminuição na proporção de elementos masculinos, na classe dos 30 a 39 anos.

Mais nítida que entre as três categorias precedentes é a diferença numérica quanto aos sexos entre os amarelos, constituindo os homens 53,1%. O índice é de 114 homens

Quadro 12. Distribuição da população parda por sexo e idade, Itapetininga, censo de 1940.

Idade (em anos)	Masculino		Feminino		Homens por 100 mulheres
	nº	%	nº	%	
0-9	207	15,0	190	13,8	109
10-19	169	12,3	164	11,9	103
20-29	127	9,2	118	8,6	108
30-39	74	5,4	81	5,9	91
40-49	69	5,0	54	3,9	128
50-59	39	2,8	28	2,0	139
60-69	19	1,4	19	1,4	100
70-79	6	0,4	8	0,6	75
80 e mais	3	0,2	1	0,1	300
Total	713	51,7	663	48,2	108

Gráfico 5. Distribuição da população parda por sexo e idade, Itapetininga, censo de 1940.

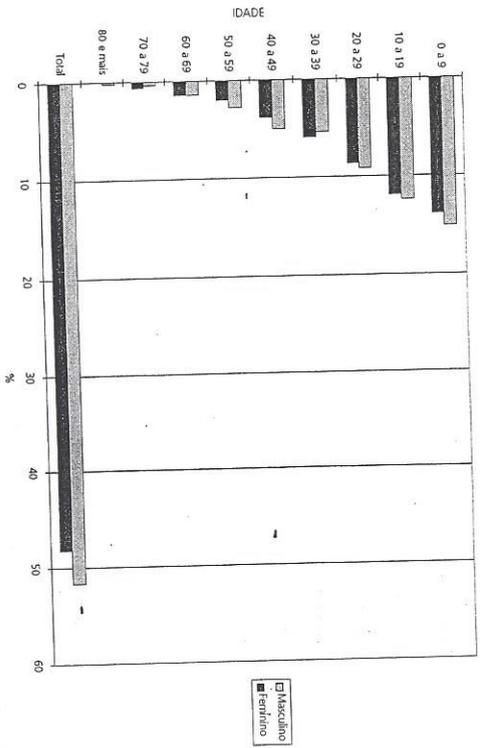
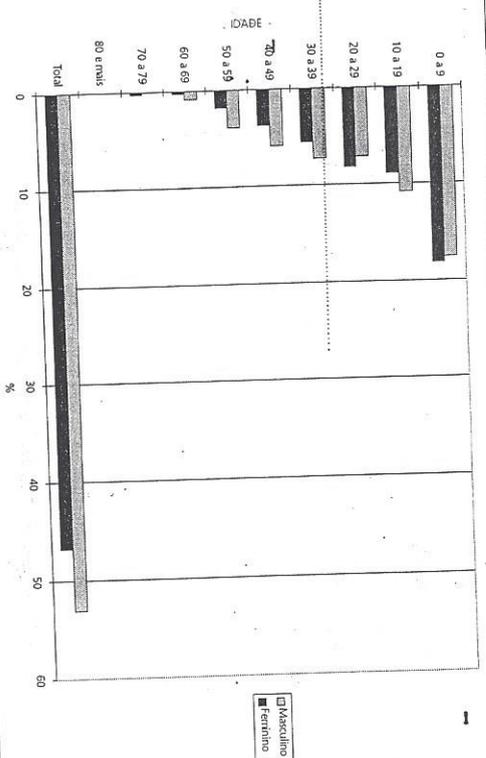


Gráfico 6. Distribuição da população amarela por sexo e idade, Itapetininga, censo de 1940.



por 100 mulheres, o que reflete o caráter exclusivamente rural desse elemento étnico, cujo aparecimento, no município, data dos últimos quinze anos, não somando, seus componentes, em 1940, mais que 1,1% da população. A proporção é ligeiramente inversa para as classes etárias de menos de 10 anos, 97 por 100, e de 20 a 29, 87 por 100 (ver o quadro 13 e o gráfico 5).

Tomando-se, em conjunto, a população preta e parda, obtém-se a distribuição, por sexo e idade, que se vê no quadro 14 e no gráfico 7. Predominam os homens, com 50,4% de proporção quase idêntica à que se encontra entre os brancos. Apenas nas classes de 20-

Quadro 13. Distribuição da população amarela por sexo e idade, Itapetininga, censo de 1940.

Idade (em anos)	Masculino		Feminino		Homens por 100 mulheres
	nº	%	nº	%	
0-9	67	17,6	69	18,1	97
10-19	41	10,8	34	8,9	121
20-29	27	7,1	31	8,2	87
30-39	28	7,2	21	5,5	133
40-49	22	5,8	14	3,7	157
50-59	15	3,9	7	1,8	214
60-69	3	0,8	1	0,3	300
70-79	-	-	1	0,3	-
80 e mais	-	-	-	-	-
Total	203	53,1	178	46,8	114

29 e 30-39 se nota uma ligeira inversão das proporções. Para o total, o índice é de 102 homens por 100 mulheres. Para os pretos, pardos e brancos, em conjunto, o índice é de 103 por 100.

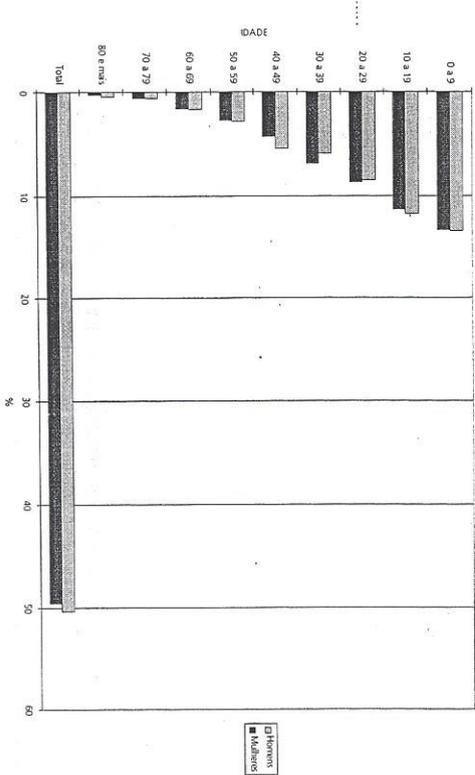
Agrupando-se toda a população, com exclusão, apenas, dos amarelos - grupo recém-chegado e numericamente diminuto -, obtém-se a distribuição por sexo e idade

Quadro 14. Distribuição da população de cor (pretos e pardos), por sexo e idade, Itapetininga, censo de 1940.

Idade (em anos)	Número		Porcentagem	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
0-9	423	420	13,4	13,3
10-19	372	357	11,7	11,3
20-29	270	275	8,5	8,7
30-39	187	220	5,9	6,9
40-49	172	135	5,4	4,3
50-59	88	86	2,8	2,7
60-69	55	51	1,7	1,6
70-79	19	20	0,6	0,6
80 e mais	12	6	0,4	0,2
Total	1.598	1.570*	50,4	49,6

*. Excluído um caso de idade desconhecida.

Gráfico 7. Distribuição da população de cor (pretos e pardos), por sexo e idade, Itapetininga, censo de 1940.



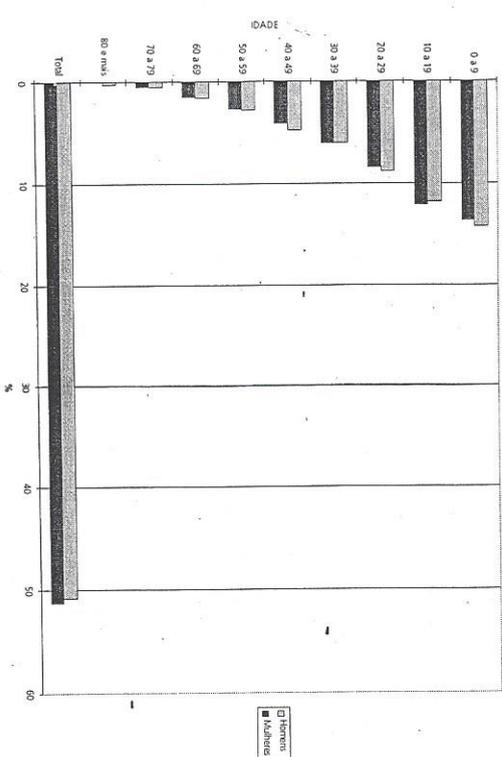
que se vê no quadro 15 e no gráfico 8, semelhante tanto à da população branca quanto à da população de cor. O elemento masculino predomina, com 50,8%, com ligeira inversão nas classes de 10 a 19 e 30 a 39 anos. O índice de homens por mulheres é de 103 por 100.

Quadro 15. Distribuição da população de cor (exclusivo os amarelos), por sexo e idade, Itapetininga, censo de 1940.

Idade (em anos)	Número		Porcentagem	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
0-9	4.870	4.680	14,3	13,7
10-19	4.005	4.127	11,8	12,1
20-29	2.983	2.854	8,8	8,4
30-39	2.048	2.072	6,0	6,1
40-49	1.633	1.387	4,8	4,1
50-59	956	910	2,8	2,7
60-69	537	496	1,6	1,5
70-79	180	187	0,5	0,5
80 e mais	70	51	0,2	0,1
Total	17.287*	16.764**	50,8	51,2

* Excluídos dois casos de idade desconhecida.
 ** Excluídos dois casos de idade desconhecida.

Gráfico 8. Distribuição da população de cor (exclusivo os amarelos), por sexo e idade, Itapetininga, censo de 1940.



Tomando-se os dados de 1940, para as diferentes categorias de cor e calculando-se a porcentagem dos indivíduos de menos de 20 anos, de 20 a 59 e de 60 anos para cima, obtêm-se o quadro 16, por onde se vê que a proporção de população jovem é maior entre os japoneses e seus descendentes (55,4%), estando em segundo lugar os pardos (53,0%), em terceiro, os brancos (52,2%) e, em último, os pretos (47,0%). Isto significa que, entre os amarelos, há um índice de 128 indivíduos de menos de 20 anos para 100 de 20 a 29; para os pardos, 124; para os brancos, 120; e, para os pretos, 100. Quanto à proporção de indivíduos de 60 anos e mais, vêm em ordem decrescente, os pretos com 6,0%, os brancos, com 4,2%, os pardos, com 4,1% e os amarelos, com 1,4%. Tomando-se a população de menos de 20 e de 60 anos e mais, em conjunto, verifica-se que a menor proporção se encontra entre os pretos (33,0%), sendo pequena a diferença de porcentagem entre os demais: 57,1% para os pardos, 56,8% para os amarelos e 56,4% para os brancos. Assim, somando-se os indivíduos de menos de 20 com os de 60 anos e mais, obtêm-se os seguintes índices: para os pardos, 133 indivíduos jovens ou senis para 100 de 20 a 59; para os amarelos, 131; para os brancos, 130; e, para os pretos, 110. A menor proporção de indivíduos em idades jovens, entre os pretos, parece ser devida ao efeito combinado dos seguintes fatores: maior índice de mortalidade precoce, êxodo, principalmente de elementos masculinos, na segunda década da vida e proporção considerável de mulheres

que trabalham como empregadas domésticas, em condições desfavoráveis à constituição de família. Quanto à mais elevada proporção de elementos senis entre os pretos, terá resultado, pelo menos em parte, dos "erros de envelhecimento", mais frequentes em relação a essa que às demais categorias de cor. A mais alta proporção de jovens e a mais baixa de elementos senis, entre os japoneses e seus descendentes, refletem, ao mesmo tempo, o mais alto grau de ruralidade e a regência da introdução desse grupo, no município, o qual vai transbordando, das mais novas para as mais velhas zonas de colonização, especialmente para os pontos onde o desenvolvimento das cidades oferece perspectivas de expansão do mercado de consumo dos produtos perecíveis, em cujo cultivo se especializam.

Quadro 16. Distribuição da população quanto à cor, segundo as fases da vida, Itapetininga, censo de 1940.

	Branços	Pretos	Pardos	Amarelos	Total
Menos de 20 anos	52,2	47,0	53,0	55,4	52,0
De 20 a menos de 60 anos	43,5	47,0	42,8	43,3	43,6
De 60 anos e mais	4,2	6,0	4,1	1,4	4,4

Calculando-se a proporção de indivíduos, nas três fases da vida, segundo as categorias de cor da pele, sobre o total da população, obtêm-se os resultados que aparecem no quadro 17. Observa-se que a proporção de brancos é de 89% a 90%, ou seja, de 90,0% entre os indivíduos de menos de 20 anos de idade, de 89,4% entre os de 20 a 59 e de 89,0% entre os de 60 anos e mais. Enquanto isso, a proporção de pretos decresce e a de pardos aumenta, em ambos os casos ligeiramente, à medida que se vai da fase mais avançada para a menos avançada, em idade. Assim, os pretos constituem 7,0% da população de 60 anos e mais, 5,6% da de 20 a 59 e 4,7% da de menos de 20 anos; os pardos, 3,7% da população de 60 e mais, 3,9% da de 20 a 59 e 4,1% da de menos de 20 anos. A proporção de amarelos vai de 0,3% entre os de 60 anos e mais para 1,1% entre os de menos de 10 anos.

Quadro 17. Proporção de indivíduos quanto à cor, em cada fase da vida*, Itapetininga, censo de 1940.

	Branços	Pretos	Pardos	Amarelos
Menos de 20 anos	90,0	4,7	4,1	1,1
De 20 a menos de 60 anos	89,4	5,6	3,9	1,1
De 60 anos e mais	89,0	7,0	3,7	0,3

* Cálculo sobre 34.427 habitantes, excluídos dez casos sem especificação de cor ou de idade.

Calculando-se a proporção de indivíduos, quanto ao sexo e à fase da vida, em cada categoria de cor, obtêm-se os dados do quadro 18. Observa-se ser o grupo branco aquele em que é maior a simetria na distribuição dos indivíduos pelos dois sexos, nas três fases: 26,2% de homens para 26,0% de mulheres, abaixo de 20 anos; 22,3% para 21,2% de 20 a 59 anos; 2,2% para 2,0% de 60 anos e mais. O cálculo direto dá, para os brancos, o índice de 101 homens por 100 mulheres, entre os indivíduos de menos de 20 anos, 106 entre os de 20 a 59 e 107 entre os de 60 e mais. Para os pretos, as porcentagens são de 23,7% para 23,6% abaixo de 20 anos, 22,7% para 24,3% dos 20 a 59 e 2,8% para 2,8% dos 60 em diante. A proporção de homens para mulheres, calculada diretamente, é de 99 por 100, abaixo dos 20 anos, de 94, dos 20 a 59 e de 118 para os de 60 anos em diante. Para os pardos, as porcentagens são de 27,3% para 25,7% abaixo dos 20 anos, 22,4% para 20,4% dos 20 a 59 e 2,1% para 2,1% dos 60 em diante. Os índices são: 106 homens por 100 mulheres, abaixo dos 20 anos, 110, dos 20 a 59, e 100, de 60 em diante. Para os amarelos, as porcentagens são de 28,4% para 27,0% abaixo dos 20 anos, 24,1% para 19,2% dos 20 a 59 e 0,6% para 0,6% dos 60 em diante. Os índices, calculados diretamente, são: 105 homens por 100 mulheres, abaixo dos 20 anos, 126, dos 20 a 59, e 150 dos 60 em diante.

Quadro 18. Indivíduos quanto ao sexo e à fase da vida em cada categoria de cor*, Itapetininga, censo de 1940.

	Branços		Pretos		Pardos		Amarelos	
	H.	M., H. por 100 M.	H.	M., H. por 100 M.	H.	M., H. por 100 M.	H.	M., H. por 100 M.
De menos de 20 anos	26,2	26,0	23,4	23,6	27,3	25,7	28,4	27,0
De 20 a menos de 60 anos	22,3	21,2	22,7	24,3	22,4	20,4	24,1	19,2
De 60 anos e mais	2,2	2,0	3,2	2,8	2,1	2,1	0,8	0,6

* Cálculos sobre os totais: brancos, 30.878 (excluídos três casos de idade desconhecida); pretos, 1.792 (excluído um caso de idade desconhecida); pardos, 1.376 e amarelos, 381.

As seguintes inferências podem ser extraídas dos dados demográficos de 1940, até aqui apresentados: 1. a proporção de indivíduos, quanto à cor, nas diferentes classes etárias, revela uma grande estabilidade na proporção de brancos, uma ligeira diminuição na de pretos e um aumento igualmente ligeiro na de pardos; 2. o grau e o tipo de assimetria das diferentes pirâmides de população indicam: a. um estado de transição de comunidade caracteristicamente rural para caracteristicamente urbana; b. índices mais visíveis de êxodo entre os pretos e mais atenuados entre os pardos, estando os brancos em posição intermediária; c. maior ruralidade dos amarelos (japoneses e descendentes), com elevada proporção de elementos jovens e masculinos.

Neste ponto, torna-se necessário considerar que os dados censitários de 1940, resultando de declarações dos próprios recenseados ou de seus familiares, implicam uma exatidão da proporção de brancos e uma subestima da de elementos de cor, especialmente de pardos, no município. Os "pardos" do censo são, provavelmente, os mestiços mais escuros, de identificação menos sofismável, assim como os "pretos" somente incluem os elementos sem nenhuma aparente mestiçagem com o branco ou com o índio. Qualquer mestiçagem aparente levaria o indivíduo a se classificar como "pardo", assim como a predominância de traços de branco inclinaria o mestiço a se classificar como branco. Com efeito, observações repetidas e demoradas, em logradouros públicos, centros de recreação, igrejas, enfim, em diferentes situações de aglomeração, na cidade, bem como visitas a diferentes pontos da zona rural, situados em diferentes direções, a partir da sede e a distâncias variadas desta, levaram a estimar o grupo mestiço local, não incorporado ao contingente branco, em cerca de 20% da população total, o que com os pretos, mantida a percentagem revelada pelo censo, dá uma proporção de 25% de "gente de cor".

Analisando-se os grupos branco, preto e pardo, locais, pode-se descrever como segue a sua composição: 1. o grupo branco compreende, em proporções indeterminadas: a. indivíduos sem nenhuma ascendência negra ou índia; b. indivíduos com remota ascendência negra ou índia, desconhecida ou inoperante nos traços somáticos; c. indivíduos de ascendência negra ou índia (especialmente negra) próxima ou conhecida, porém, inoperante nos traços somáticos; d. indivíduos de ascendência negra ou índia, conhecida ou não, porém, cujos traços "não brancos" são considerados "leves" e, portanto, negligenciados (pele amorenada com cabelos lisos, lábios finos e nariz afilado; nariz platinado, e lábios finos; cabelos lisos e pele clara; cabelos "duros" com pele clara, nariz afilado e lábios finos; lábios grossos com cabelos "bons", pele clara e nariz afilado; e assim por diante). 2. O grupo preto compreende: a. indivíduos de exclusiva ascendência africana; b. indivíduos cujos traços não patentenciam qualquer tendência ao branqueamento, sendo, pois, inoperante a ascendência branca ou índia que acaso tenham tido. 3. Os "mulatos" (termo mais geralmente usado para designar os mestiços ainda não incorporados, devido que é patente o mestiçamento com o branco ou a ascendência índia; b. indivíduos de cor da pele intermediária, em graus diversos, entre a do branco e a do negro, associada a outros sinais de ascendência africana).

A variedade de combinações de traços, que podem ir do preto "retilho", de cabelos encarapinhados, lábios grossos e nariz platinado ao branco de cabelos finos e loiros, lábios finos e nariz afilado, uma vez posto de lado o critério de origem, e considerado apenas o fenótipo, faz com que os limites entre as diversas categorias — brancos, mulatos claros, mulatos escuros, pretos — sejam indefinidos, possibilitando o aparecimento de casos de identificação controversa, podendo, além disso, a identificação de um indivíduo, quanto à cor, ser influenciada pela associação com outros característicos de *status* como o grau de instrução, a ocupação e hábitos pessoais, com tendência a se atenuar a

cor de indivíduos socialmente bem-sucedidos. De outro lado, a maleabilidade de critérios, juntamente com a resistência à identificação da própria cor como escura, faz com que o limiar entre o branco e o não-branco varie com a cor do próprio observador: principalmente o mestiço claro tende a tomar a si próprio como medida, na tendência a identificar-se com o branco e a se incorporar ao seu grupo.

O pudor da cor e a relutância a se identificar como de cor, por parte dos mestiços mais claros — pois que a maleabilidade dos critérios de identificação é limitada pelo "senso de ridículo" a que estão sujeitos os que soltam abertamente a própria cor — bem como a preocupação dos brancos em não susceptibilizar os mestiços de sua deferência (por amizade ou qualquer-outro motivo) têm favorecido o aparecimento de expressões eufêmicas, ambíguas, como o termo "moreno", que tanto pode ser empregado para designar um mestiço de branco com negro, em diferentes graus de mestiçamento como para indicar qualquer pessoa branca que não seja loira¹. Os recenseamentos brasileiros, empregando, ora o termo "mulato", ora o termo "pardo", ora um terceiro "mestiço", aceitando ou suprimindo a categoria "caboclo", refletem essa situação.

Quando um auxiliar de pesquisa registrava dados sobre casamentos, num dos cartórios locais do registro civil, uma menina que dizia ter 14 anos entrou no recinto, acompanhada de uma moça parda, de cerca de 18 anos. Declarando o próprio nome, solution a menina, ao escrívão, uma certidão de nascimento. Gracejou o funcionário com ela, por lhe achar estranho o nome. Como custasse a anotação, exclamou, em tom de brincadeira, que ela não havia sido registrada. Ao encontrar a anotação, exclamou, com incontida surpresa: "O seu pai registrou você como preta, como é isso?!" A menina não tinha traços negróides. Era, simplesmente, "morena" e, por acanhamento, não respondeu. O escrívão perguntou se a mãe era preta, ao que ela fez um sinal negativo. Após verificar os dados que constavam do registro, o escrívão voltou a exclamar: "Ahi o seu pai é preto, não é?! Mas como é que ele declarou que você é preta?" Nesse ínterim, chegou um senhor de cerca de 35 anos, branco, e o escrívão lhe perguntou, mostrando a menina: "Esta menina é preta?" Ante a resposta negativa, voltou-se para a menina e acrescentou: "Pois é, menina, diga ao seu pai que você não é preta, não!" Dirigindo-se ao mesmo senhor, comentou: "Como é que uma menina como essa, filha dum preto com uma branca saiu assim? É esquisito, não é?! E o mais interessante é que ela está registrada como preta! Isso pode até trazer dificuldade para ela. Eu creio que, se ela está cademeta de identidade, não conseguirá, porque a certidão de nascimento diz que ela é preta e ela é branca. As nossas leis reconhecem quatro cores: branca, preta, pardo e amarelo. Mas ela não é preta e nem parda. Parda é esta moça [apontava para a compatriota da menina]."

1. E também, nesse sentido vago e eufêmico, mais que no de descendente do índio, que se costuma empregar o termo "caboclo", no município.

Noutro cartório, cujo funcionário, além dos brancos, pretos e pardos, distinguia os "morenos", nos registros de casamentos, o auxiliar de pesquisa, interpellando-o sobre o emprego do referido termo, obteve a seguinte resposta: "Eu uso a cor 'moreno' para esses que não são muito alvos. Porque eu sou branco, o senhor é branco, mas tem gente que é pouco mais escura que nós e não se pode classificar como branca, porque não está certo. Então, eu uso 'moreno'. São esses meio pardacentos. Assim, ficam entre pardo e branco. Porque tem gente que não é branca e se classifica como branca, e às vezes, até é preto! Uma vez se deu um caso interessante, aqui. Apareceu um homem bem preto e, nos papéis dele, constava que ele era branco. O juiz não aceitou. Disse que ele precisava arranjar outro documento que dissesse que ele era preto".

O quadro 19 mostra a distribuição percentual da população de Itapetininga, segundo a cor da pele, de acordo com o censo provincial de 1886 e os censos nacionais de 1890 e 1940.

Quadro 19. Distribuição da população segundo a cor da pele, município de Itapetininga, censos de 1886, 1890 e 1940.

Cor	Proporção de 100 habitantes		
	1886	1890	1940
Branco	62,1	64,8	89,7
Pardos (mulatos, "mestiços")	24,0 > 27,6	13,0 > 27,7	4,0
"Caboclos"	3,6	14,7	-
Pretos	10,3	7,5	5,2
Amorelos	-	-	1,1
Cor não indicada	-	-	0,02
Total	100,00	100,00	100,00

Em 1886, a população se elevava a 11 362 indivíduos, dos quais eram brancos 62,1%, pardos, 24,0%, pretos, 10,3% e "caboclos", 3,6%.

O primeiro censo posterior à abolição do trabalho escravo, realizado em 1890, deu para o município 11 278 indivíduos, dos quais são mencionados como brancos 64,8%, como "caboclos" 14,7%, "mestiços" 13,0%, e pretos 7,5%.

2. O último desmembramento (salvo o caso recente de reincorporação e subsequente separação de Sarapu) sofrido pelo município de Itapetininga teve lugar em 1889, com a constituição do de São Miguel Arcanjo (1.4.1889). Nada indica, porém, que esse desmembramento possa prejudicar a comparação dos dados de 1886 com os dos censos posteriores, no que concerne à composição étnica da população. São as seguintes as datas dos desmembramentos anteriores: Jaturí, 13.2.1844; Boticuá, anexado em 14.3.1868; Sarapu, 13.3.1872, reincorporado em 21.5.1934 e de novo desmembrado em 7.10.1937; Angaitua (Espírito Santo da Boa Vista), 11.3.1878; e Guareí, 16.3.1880. Cf. *O Estado de um Quadro Demonstrativo do Desmembramento dos Municípios*, 2. ed., Departamento Estadual de Estatística, São Paulo, dezembro de 1938.

Já o censo de 1940 deu, para o município, 34 437 habitantes, incluindo como brancos 89,7%, pretos 5,2%, pardos 4,0%, amarelos 1,1% e de cor não mencionada, 0,02%. De 1886 a 1890, enquanto a proporção de brancos permanece praticamente inalterada (62,1% e 64,8%), a de mulatos se reduz a pouco mais da metade (24,0% e 13,0%), a de "caboclos" quadruplica (3,4% e 14,7%), ao mesmo tempo que a de pretos cai sensivelmente, vindo a representar cerca de três quartos do que fora (10,3% e 7,5%). É provável que muitos dos mulatos de 1886 tenham sido contados como "caboclos", em 1890, uma vez que não ocorreu nenhum movimento migratório que possa explicar essa diferença de distribuição em período tão curto. Com efeito, somando-se os mulatos (pardos ou "mestiços") com os "caboclos", dos censos de 1886 e 1890, verifica-se que a proporção dos que não são nem brancos nem pretos permanece a mesma (27,6% e 27,7%).

De 1890 a 1940, a proporção de brancos passa por um sensível aumento (64,8% e 89,7%), enquanto a de pardos se reduz a pouco mais de um terço do que fora (13,0% e 4,0%), ao mesmo tempo que a de pretos se altera relativamente pouco, para menos (7,5% e 5,2%)³.

A alteração inversa na proporção de brancos (64,8% e 89,7%), de um lado, e de pardos e pretos (35,2% e 9,2%), de outro, entre os censos de 1890 e 1940, cujas diferenças são de 24,9% para mais, para os primeiros, e de 26,0% para menos, para os últimos, deve ser atribuída à atuação conjunta dos seguintes fatores: a. incorporação dos mestiços mais claros ao grupo branco; b. diferença na velocidade de crescimento natural das populações branca e de cor resultante da maior mortalidade de pardos e pretos⁴; c. contribuição dos imigrantes e seus descendentes para o incremento indireto do contingente de brancos⁵; d. proporção provavelmente maior de êxodo dos pretos do município.

3. No Brasil, em conjunto, a proporção de pardos (mulatos, "mestiços", "caboclos"), entre os censos de 1872, 1890 e 1940, foi, respectivamente, de 42,19%, 41,40% e 21,20%; a de pretos, de 19,68%, 14,63% e 14,64%; e a de brancos, de 38,14%, 43,97% e 63,47%. Os amarelos com 0,39%, em 1940, e os de cor não indicada, com 0,10%.

4. Embora não se disponha de dados para o município, é de se presumir que nele a situação seja, a esse respeito, idêntica à de outras unidades do interior do Estado de São Paulo, dada a situação econômica mais precária da população de cor, em conjunto, em comparação com a da população branca. Em estudo realizado com relação a sessenta municípios do Estado, constatou-se que a taxa de mortalidade média anual, no período de 1939-1942, foi de 15,9 por 1 000 habitantes para os brancos e 25,5 para os pardos e pretos reunidos. A taxa de mortalidade infantil foi calculada em 139 óbitos, no primeiro ano de vida, para cada 1 000 nascidos vivos para os primeiros e em 194 para os últimos. No Distrito Federal e em São Paulo, a mortalidade infantil era, respectivamente, de 123 e 118 para os brancos e 228 e 257 para os pardos e pretos. Cf. a publicação nº 13 da série das *Aplicações do Censo Demográfico*, Serviço Nacional de Recenseamento de 1940, Rio de Janeiro, 1944; e *Estatísticas da Taxa de Natalidade para o Brasil, as Unidades da Federação e as Principais Capitais*, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 1948.

5. A contribuição dos imigrantes se fez mais pelo seu deslocamento e de seus descendentes, de outros pontos do Estado de São Paulo, especialmente para a área urbana do município, do que pela fixação direta dos imigrantes no território deste. O censo provincial de 1886 revelou a existência de 104 estrangeiros (excluídos dos dezoito africanos), no município, compreendendo trinta e sete italianos, cinquenta e um portugueses,

Por sua vez, a redução relativamente pequena na proporção de pretos (7,5% e 5,2%), comparada com a dos pardos (27,7% e 4,0%) e com a alteração inversa, na de brancos (64,3% e 89,7%), indica estar o grupo mais escuro contribuindo menos, pela mestiçagem, para o contingente dos pardos, do que estes para o dos brancos, o que provavelmente estará ligado às duas circunstâncias seguintes: a uma redução na proporção de ligações ilícitas, ocasionais ou permanentes, entre homens brancos e mulheres pretas; e b. ao aumento da tendência ao intracasmamento e a uniões permanentes entre os elementos mais escuros da população, produzido por uma redefinição de atitudes em relação ao seu próprio grupo e, ao mesmo tempo, pela resistência dos brancos e dos pardos ao cruzamento.

Ainda hoje, alguns dos elementos de cor mais conceituados na cidade são portadores de sobrenomes característicos de famílias tradicionais da classe dominante e estão conscientes de ter com estes laços de parentesco, por ser descendentes de escravas com os respectivos senhores ou com pessoas das famílias destes. Nas primeiras décadas do corrente século, as uniões pré-maritais — duradouras ou ocasionais — de homens brancos de projeção, com mulheres de cor, continuavam a ser relativamente frequentes, tendo sido essa a origem de não poucos dos elementos de cor de mais favorável situação social nesse período.

Em 1951, uma senhora branca, descendente de antigos fazendeiros, referindo-se a um seu primo-irmão, pardo, que exerce um dos mais cobijados cargos públicos numa cidade vizinha, informou ser o mesmo filho de um seu tio paterno com uma mulher preta. Acrescentou que seu pai tinha predileção por esse irmão e muito estimava o sobrinho. O irmão tinha sido infeliz no casamento e, por isso, passou a viver com essa mulher de cor. Terve um casal de filhos e, quando envidou, regularizou a união com a companheira. Observando uma fotografia tirada no começo do século, de um conjunto de moças da classe dominante que participaram de uma festa pública, entre as quais figuravam uma moça parda, vários anciãos informaram ser a mesma filha natural de um conhecido fazendeiro e elemento de projeção política. "O pai dava a essa moça o conforto que podia e custeava seus estudos."

Filho natural de um homem branco com uma mulher de cor, era um jovem advogado provisionado, que morreu tragicamente em princípios deste século.

doze alemães, dois espanhóis e dois franceses, perfazendo 0,9% dos 11372 habitantes. Na província, os estrangeiros (excluídos os africanos) constituíam 4,3% da população. O recenseamento de 1920 deu, para o município de Iapetininga, 23.073 habitantes, dos quais 912, ou seja, 3,51%, eram estrangeiros (inclusive 63 naturalizados). No distrito da sede, os estrangeiros constituíam 4,4%, enquanto, nos outros três, não passavam de 1,5%. No Estado de São Paulo, os estrangeiros constituíam 18,1% dos habitantes. O recenseamento de 1940 revelou, para os 34.437 habitantes do município, 2,7% de indivíduos nascidos no estrangeiro (inclusive 0,7% naturalizados). No Estado de São Paulo, os estrangeiros e brasileiros naturalizados perfaziam 11,5% da população.

Eis como uma senhora branca, septuagenária, casada com um fazendeiro, referiu-se a casos de filhos naturais de seu conhecimento: "O... era filho natural [isto é, descendente] pelos dois lados: o pai... era filho natural de meu sogro, e portanto, irmão natural do meu marido, a mãe era filha natural do... que era o pai do compadre...; ela era, portanto, irmã natural do compadre... que é primo irmão de meu marido. O pai do... foi criado na casa do meu sogro, ajudando na casa, lidando com o gado. Depois, homem feio, trabalhava por dia para um, para outro, às vezes plantava um pouco; mas era um lavrador que pouco fazia, pois bebia muito. Ele gostava de fazer versos. A mãe fazia serviço caseiro. Era muito servicial, muito boa. Tinha uma mulher para dar a luz, ela ia ajudar... Foi criada na casa do pai, junto dos seus irmãos brancos. Eu me lembro dela, vestidinha de homem, mezinota ainda, a carvo pelo campo, ajudando o pai. Ai acabou de se criar e foi para sua casa só quando se casou. Os pais de... eram casados; ele era, pois, filho de pais casados. Ele era mulato bem claro, mas de cabelo duro. Era muito inteligente. Estudava muito, até defendia réus. Mas ele não era formado. Aproveitou muito as lições que o dr... [antigo juiz de direito, branco, de família tradicional], casado com a minha irmã, dava para ele. Ele estava sempre em casa pois ele era sobrinho do... meu marido, e do compadre... também. O... era muito amigo de um outro mulato que também defendia réus: o... coitado, que morreu matado por um moço de família rica daqui".

Um homem de cor, já sexagenário, de ocupação manual, analfabeto, se diz irmão natural de um dos cidadãos brancos de maior influência econômica e política na região. O pai de ambos foi fazendeiro e elemento de projeção política, ainda nos primeiros anos do presente século (doc. 2/A. 1).

Alguns homens, e principalmente senhoras idosas, de famílias tradicionais, ainda conservam, entre os demais retratos de família, os de parentes naturais, de cor, bem como os de parentes por adoção.

Diante de uma fotografia, uma senhora branca, septuagenária, descendente de família tradicional, informou: "Esse retrato desse mulato claro, fardado, bem vestido, garboso, é dum filho natural do meu sogro. Ele chamava... Eu me dava muito com meu sogro e ele contou toda a história para mim. A minha sogra também ficou sabendo mas ela era muito boa e nem ligou porque também não tinha nada; o meu sogro fez isso quando era rapazinho solteiro. Foi assim: o pai do meu sogro veio para Ipanema, esse lugar aí perto, que tinha ferro. Ele veio com um cargo elevado, do governo; tomava conta dos pretos do governo, aí. Nesse tempo, o meu sogro era moço, ele tinha uns 18, 20 anos de idade. E ele contou que tinha lá uma mulatinha clara — ele não falou que ela era bonita, decerto não quis, não é? — mas disse que era clara, como quem diz que era bonita. Pelo jeito dele eu vi que ela devia ser muito bonita mesmo. E ele começou de amores com ela. Mas antes do... nascer ela foi para o Rio de Janeiro e foi onde ele veio ao mundo. O meu sogro, crioula, nem ligou, nem tratou de saber mais nada, nem dela, nem da criança.

Mas ela era ativa. Contou pro filho quem era o seu pai, bem direitinho. E ele é a cara de um irmão do... meu marido [Passou o retrato para um seu compadre e primo do marido, octogênario, que se encontrava presente e observou: "Ah, ele é a cara da nossa gente! É nosso feição mesmo!"] Pois é, meu sogro veio depois para uma cidade perto daqui, onde se casou. E o... do Rio de Janeiro começou a escrever para o meu sogro, pedindo dinheiro para vir visitar a família. E, nesse tempo, ele já era homem feio. O meu sogro mandou e ele veio conhecer o pai legítimo [sic] e os parentes. Até conviou a madrastra (minha sogra) para ser madrinha de um filho dele e o meu cunhado para ser padrinho. Ele foi capitão de exército, no Rio de Janeiro".

A mesma senhora, diante de outro retrato, observou: "Este moço [um rapaz de tipo amulhado, cabelos ondulados] é um filho natural do meu irmão que foi... [índica importante cargo público que o irmão exerceu].

Em 1951, ao ser entrevistado, um preto de 65 anos de idade, casado com uma mulher branca, discorrendo sobre sua própria vida, declarou: "Fui criado por... o cônsul dos tropeiros de Ilapetininga. O velho que me criou, me ajudou muito, me deu interesse nos animais. Depois, com mais companheiros, foi que perdi a cabeça..."

Uma senhora branca, cujo tio foi um dos mais abastados proprietários locais, em fins do século passado e príncipios do atual, informou: "Tio... formou um pretinho... Formou na Escola Complementar daqui. Ele exerceu magistério, num bairro de Ilapetininga, mas ficou tuberculoso. E quando minha tia morreu, ele se mudou para São Paulo. Lá, ele sarou. Lá, ele escreve em jornais. Ele é bem preto, sua mãe era africana, reinto ele é. Foi minha tia quem o criou. Ele é poeta. Fala, também, muitas línguas. Agora, diz que está aprendendo japonês. E vai para o Japão! Sua mãe era chamada Mamã... Assim a chamavam porque amamentou minha tia. Conservou-se sempre em casa. Quando veio a abolição, muitos escravos, como Mamã... não quiseram sair de seus senhores".

Outra senhora, já avó, esposa de um fazendeiro, mostrando ao pesquisador uma coleção de fotografias da família, informou: "Este moço, desta fotografia, é o... Ele é mulato claro. É filho de família pobre e foi criado desde os seus 9 anos, aqui em casa. Nós queremos muito ele. Ele é tropeiro. Ai no retrato ele está com roupa de tocar tropa, montado na mula dele. Ele está meio separado da mulher, o casamento não deu muito certo. Ele casou já com seus 30 e poucos anos e ela só tinha uns 20. Ela é branca. Está meio largada dele".

Já em 1934, porém, com uma taxa de 1,6 de ilegítimos sobre 100 nascimentos, constituía o município de Ilapetininga, na expressão de um estudioso, uma "ilha de legitimidade", rodeada por onze municípios em que a proporção se elevava de 14,9, sendo a do Estado de 5,9 (doc. 3/A. 1), quando, em 1884-1886, a da província fora de 15,8⁶.

6. Cf. o relatório apresentado ao Exmo. Sr. presidente da província de São Paulo pela Comissão Central de Estatística, 1888, já citado.

Tomando-se os 279 casamentos realizados em 1948, nos vários distritos de paz do município, obtêm-se a distribuição dos nubentes, pela cor da pele, que aparece no quadro 20.

Quadro 20. Cor dos noivos e noivas em 279 casamentos, município de Ilapetininga, 1948.

Noivos	Noivas				Total	
	Branças	Perdas	Pretas	Amarelas	Cor não declarada	nº %
Branços	219	3	1	-	-	223 80,3
Pardos	2	16	1	-	3	22 7,5
Pretos	2	1	9	-	-	12 4,1
Amarelos	-	-	-	5	-	5 1,8
Cor não declarada	2	-	-	-	15	17 6,3
Total	225	20	11	5	18	279 100,0

Verifica-se que os cônjuges brancos, de ambos os sexos, constituem 80,3% do total, os pardos, 7,5%, os pretos, 4,1%, os amarelos, 1,8%, e os de cor não declarada, 6,3%. Deixando-se de lado os de cor não declarada, as porcentagens se tornam: brancos, 85,7%, pardos, 8,0%, pretos, 4,4%, e amarelos, 1,9%⁷.

Omitindo-se os amarelos e os de cor não declarada e calculando-se o coeficiente de contingência, pela fórmula de Pearson⁸, para noivos e noivas brancos, pardos e pretos, obtêm-se 0,75, isto é, 91% do máximo que se poderia esperar para três modalidades dos atributos, o que mostra serem decididamente excepcionais os casamentos em que os cônjuges são heterogêneos quanto à cor. Com efeito, os casamentos homogêneos constituem 96,1% do total de casamentos, restando apenas 3,9% para os casamentos mistos (doc. 4/A. 1).

É provável, portanto, que esteja ocorrendo uma diminuição no ritmo de miscigenação, não sendo de se esperar uma diluição mais ampla dos traços raciais africanos nas próximas gerações.

7. Essas porcentagens são paralelas às das categorias mencionadas, no total da população, segundo o censo de 1940, com inversão da proporção de pardos e pretos.

8. Cf. G. Uday Yule e M. G. Kendall, *An Introduction to the Theory of Statistics*, Londres, Charles Griffin & Company, 1937; também Pedro Egydio de Carvalho e Walker S. Pereira Leser, *Metodologia Estatística*, São Paulo, Departamento Municipal de Cultura, 1936, 2 vols.

ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL E COR DA PELE

A comunidade local está dividida em três classes ou camadas sociais, que seus próprios componentes reconhecem.

Na classe "alta" ou dominante estão incluídos os indivíduos ou famílias cuja subsistência e padrão de vida não dependem de trabalho manual próprio nem de trabalho ou atividade que implique sua subordinação à iniciativa alheia. Pelo menos 70% dos indivíduos dessa classe pertencem a famílias tradicionais do município ou da região¹. É a camada que dispõe dos meios de produção (e de lucro); as fazendas, os imóveis urbanos, os estabelecimentos industriais. Os profissionais liberais são, em geral, identificados como membros dessa camada, o que, em parte, se explica, pela estreita ligação entre a situação econômica dos pais e as oportunidades educacionais dos filhos e, em parte, pelo nível de remuneração que caracteriza as respectivas atividades.

A classe ou camada "média" ou "remediada" é constituída de parte da população que, sem dispor dos meios de produção ou deles dispor em proporção insuficiente para competir com os componentes da classe anterior, deles se aproxima, tanto pelo caráter das atividades como pelo modo de viver, tanto pelos recursos ao seu alcance como pelas atitudes, interesses e convicções. Essa classe é constituída, enfim, de professores (primários e secundários, parte dos quais figura na classe anterior), funcionários públicos, empregados do comércio, pequenos comerciantes, sítantes e artífices possuidores

1. Nas primeiras décadas do regime republicano, a liderança política, no município de Iapeatinga, passou para as mãos de elementos vindos na segunda metade do século passado de outros pontos da província, inclusive de municípios vizinhos que dele se desmembraram, e de seus descendentes. Aos poucos, a rivalidade entre tais elementos e os de mais antiga tradição local se foi desvanecendo, mesmo porque uns e outros descendiam de antigas famílias paulistas, geralmente aparentadas entre si, além de se terem desenvolvido entre os dois grupos, tendendo a fundi-los num mesmo círculo social, novos vínculos, decorrentes quer do intercâmbio, quer do entrelaçamento de interesses os mais diversos.

de suas próprias oficinas. Seus membros, em sua quase totalidade, vivem de ordenados ou de pequenos lucros, que impõem moderação e disciplina nos gastos, embora sua situação seja relativamente confortável, comparada com a da classe imediatamente abaixo. Há uma preocupação ostensiva com a instrução secundária ou superior dos filhos, com a "apresentação" pessoal e com a etiqueta nas relações sociais. Em geral, as famílias dessa camada estão habilitadas a enfrentar, com relativo sucesso, os problemas decorrentes da doença, velhice, invalidez e morte dos elementos economicamente ativos, não tanto devido aos recursos patrimoniais de que dispõem, porém, em vista do amparo que recebem das instituições de previdência, do nível de remuneração das respectivas atividades e da própria organização da família, para cuja receita a mulher concorre quase tão freqüentemente quanto o homem.

A terceira e última camada ou "classe social" é constituída de uma grande massa de indivíduos e famílias que não têm outra forma de garantir a própria subsistência senão o alugar o próprio trabalho ou vender o produto deste aos membros das duas camadas descritas anteriormente ou a instituições por eles dominadas. Na zona rural, são agricultores sem terra, na cidade, empregados de fábricas e oficinas, trabalhadores de rua, engraxates, pedreiros, empregados domésticos etc. E, em sua maioria, gente que não dispõe de segurança econômica, cuja remuneração está abaixo ou nos limites das necessidades de subsistência, não tendo possibilidade de acumular os resultados da própria poupança. Sua manutenção depende, portanto, das condições de saúde física imediatas e se faz à custa da privação sistemática de elementos de conforto e bem-estar que os membros das duas camadas anteriores consideram indispensáveis — calçados, roupas adequadas a diferentes situações, assistência médica e dentária, alimentação farta e variada. Assim, externamente, sua presença se evidencia pelo modo de trajar roupa rústica, de baixo custo, despretensiosa, estragada ou remendada, sem sapatos ou com estes com os sinais próprios de longo uso ou sujeição a pesado esforço, sem gravata ou com esta longamente usada e das mais modestas — ou de falar linguagem cívica de corrupeletas e que se desvia constantemente das regras gramaticais —, pelo trato pessoal — dentes quase sempre estragados ou sem tratamento, ausência prematura dos incisivos; os homens, em geral, não se barbeiam diariamente e demoram a cortar os cabelos; homens e mulheres apresentam as mãos calcadas —, pela atitude — não se envergõem de trabalho manual, "não têm medo de sujeira", aceitam as doenças com fatalismo — e pela instrução — são analfabetos ou têm apenas instrução rudimentar.

Tendo em vista a distribuição dos habitantes segundo as "atividades principais"², a da propriedade fundiária (ver quadro 21), a proporção de comerciantes³, intelectuais⁴, industriais (ver quadros 22 e 23) e indivíduos de outras ocupações, no município, ao mesmo tempo, conhecendo-se minuciosamente a população deste, tanto na

Quadro 21. Propriedades rurais do município de Itapetininga, segundo o lançamento de impostos, 1950.

Classes em hectares	Números de proprietários ^a	Porcentagem sobre o número de proprietários	Área total em hectares	Porcentagem sobre as áreas
* 0-49,99	956	67,28	23.900	14,59
50-99,99	211	14,85	15.825	9,66
100-149,99	86	6,05	10.750	6,56
150-199,99	40	2,87	7.000	4,27
200-249,99	29	2,04	6.525	3,98
250-299,99	16	1,13	4.400	2,69
300-349,99	13	0,92	4.225	2,58
350-399,99	14	0,99	5.250	3,21
400-449,99	6	0,42	2.550	1,56
450-499,99	6	0,42	2.850	1,74
500-549,99	1	0,07	525	0,32
550-599,99	4	0,28	2.300	1,41
600-649,99	3	0,21	1.875	1,15
650-699,99	2	0,14	1.350	0,82
700-749,99	5	0,35	3.625	2,21
750-799,99	-	-	-	-
800-849,99	3	0,21	2.475	1,51
850-899,99	-	-	-	-
900-949,99	1	0,07	925	0,56
950-999,99	2	0,14	1.950	1,19
1000-1999,99	16	1,13	24.000	14,65
2000-2999,99	3	0,21	7.500	4,58
3000-3999,99	1	0,07	3.500	2,14
4000-4999,99	-	-	-	-
5000-5999,99	-	-	-	-
6000-6999,99	1	0,07	6.500	3,97
7000-7999,99	-	-	-	-
8000-8999,99	-	-	-	-
9000-9999,99	-	-	-	-
10000-10999,99	1	0,07	10.500	6,41
11000-11999,99	-	-	-	-
12000-12999,99	-	-	-	-
13000-13999,99	1	0,07	13.500	8,24
Total	1421	100,00	163800	100,00

a Quando a um mesmo proprietário cabiam duas ou mais partes de terras, eram estas somadas e contadas como uma só propriedade.
 b Proprietários de menos de 10 hectares. = 282 ou 19,85% do total de proprietários ou 29,52% dos proprietários de menos de 50 hectares ou 21,08% dos proprietários de menos de 300 hectares. A área das propriedades de menos de 10 hectares corresponde a 0,86% da área total.

4. Em 1951, residiam no município dezoto farmacêuticos, doze dentistas, dez médicos, nove advogados, oito engenheiros, cinco agrônomos e um médico-veterinário, totalizando 63 profissionais. Os professores eram cerca de 150, perfazendo de 10% a 15% desse total os que lecionavam em cursos de nível secundário.

2. Ver quadro 3, na Introdução do presente livro.

3. Em 1948, segundo dados da Agência Municipal de Estatística, havia 313 estabelecimentos comerciais no município, em sua maioria, pequenas casas de comércio a varejo.

parte urbana como na suburbana e rural, podem-se estimar em 5% do total os elementos integrantes da classe "alta", ou dominante, tal como foi caracterizada; em 20% os da classe "média"; e em 75% os da camada menos favorecida.

Quadro 22. Distribuição dos estabelecimentos industriais segundo o pessoal empregado, município de Kapetininga, 1948. Dados da Agência Municipal de Estatística.

Ramos da indústria	Nº de estabelecimentos	Pessoal empregado		Total
		Operários	Outros	
Extrativa e de beneficiamento de produtos de origem vegetal	22	45	5	50
Extrativa e de beneficiamento de produtos de origem animal	3	17	2	19
De minerais não-metálicos	14	25	1	26
Mecânica, material de transporte e elétrico	22	57	1	58
Da madeira	5	20	-	20
Do mobiliário	3	6	-	6
De couros e peles	4	7	-	7
Textil	3	539	57	596
Do vestuário e toucador	28	37	2	39
Dos produtos alimentícios e estimulantes	28	52	13	65
Gráficas e conexas	4	6	1	7
Da construção	4	18	1	19
Extrativa e de beneficiamento de produtos de origem vegetal e outras	15	18	12	30
Total	155	847	55	902
		5,5	0,4	2,0
		5,5	0,4	5,08

- Chegou-se a esse resultado, somando-se a metade dos comerciantes, todos os proprietários rurais de áreas de 500 hectares para cima, os dez maiores industriais, com profissionais liberais, professores e funcionários mais graduados e vinte proprietários urbanos e capitalistas, multiplicando-se o total pelo número médio de cinco pessoas por família e calculando-se a porcentagem sobre a população, segundo o censo de 1940. Pelo critério adotado, a proporção de indivíduos na classe "alta" terá sido exagerada antes para mais que para menos, tendo-se superestimado especialmente as cotas de comerciantes, profissionais liberais, professores e funcionários públicos.
- Esse resultado foi obtido somando-se um terço dos comerciantes, os proprietários rurais de 50 a menos de 500 hectares, dois terços dos industriais (pequenas indústrias e oficinas), cerca de quarenta por cento dos bancários e empregados da administração privada e de quinientos intelectuais, professores e funcionários públicos (inclusive autarquias), multiplicando-se o total pela média de cinco pessoas por família e calculando-se a porcentagem sobre a população de 1940.

Quadro 23. Distribuição dos estabelecimentos industriais segundo o capital aplicado, o valor da produção e dos salários, município de Kapetininga, 1948. Quadro elaborado com dados da Agência Municipal de Estatística.

Ramos da indústria	Nº de estabelecimentos	Capital aplicado (em cruzeiros)	Valor da produção (em cruzeiros)	Salários (em cruzeiros)
Extrativa e de beneficiamento de produtos de origem vegetal	22	2.026.655,00	11.095.608,00	394.731,00
Extrativa e de beneficiamento de produtos de origem animal	3	179.985,00	968.425,00	117.793,00
De minerais não-metálicos	14	565.550,00	940.152,00	175.760,00
Mecânica, material de transporte e elétrico	22	2.930.480,00	1.148.241,00	450.144,00
Da madeira	5	261.666,00	563.673,00	69.389,00
Do mobiliário	3	195.700,00	179.985,00	31.897,00
De couros e peles	4	83.298,00	270.878,00	24.528,00
Textil	3	6.901.400,00	8.419.523,00	1.765.219,00
Do vestuário e toucador	28	773.720,00	1.914.331,00	206.876,00
Dos produtos alimentícios e estimulantes	28	2.326.090,00	5.463.140,00	318.035,00
Gráficas e conexas	4	207.800,00	318.962,00	36.560,00
Da construção	4	24.000,00	842.500,00	154.208,00
Extrativa e de beneficiamento de produtos de origem mineral e outras	15	2.915.529,00	2.171.083,00	214.183,00
Total	155	19.391.873,00	34.296.501,00	3.959.323,00

Dispondo-se de um minucioso conhecimento da população local, tanto da área urbana como do restante do município, pode-se indicar, além disso, a cota de elementos de cor (pardos e pretos) em cada uma das três classes sociais, tal como estão caracterizadas no presente estudo*.

O contingente de pardos se torna cada vez mais rarefeito, à medida que se vai da classe menos favorecida para a média e a "alta", enquanto os pretos se concentram qua-

- Desde dezembro de 1947, vinha o autor procedendo a um levantamento de dados para uma monografia sociológica sobre a comunidade local, visitando e frequentando associações e instituições, colhendo informações em arquivos, convivendo com pessoas das mais variadas condições sociais, entrevistando-as e, sobretudo, observando a população, em diferentes setores residenciais e de atividades. Desse modo, foi possível proceder a uma contagem dos indivíduos de cor em posições características das classes "alta" e média. Dada a diminuta proporção de japoneses e seus descendentes na comunidade, não se deu maior atenção a esse grupo, no presente estudo. Antigo funcionário do Consulado do Japão, brasileiro, natural e residente no município, informa haver, nesse, em 1951, cerca de 85 famílias de japoneses e descendentes, compreendendo, entre os chefes, vinte comerciantes e sessenta e cinco agricultores.

se exclusivamente na primeira das classes mencionadas, com uma tênue representação na camada média.

Não há nenhum elemento de cor, entre os proprietários rurais e comerciantes da classe "alta". Ao todo, os elementos de cor (em sua maioria mulatos claros) nessa camada, não vão além de 1% e estão concentrados nas ocupações intelectuais.

Memo na classe média, os elementos de cor não vão além de 2%, estando distribuídos pelas profissões intelectuais, na administração pública e privada, no comércio, indústria e agricultura. Nessa cota de 2% de elementos de cor, os pardos predominam quase absolutamente. Tomados isoladamente, os pretos não perfazem mais que dois por mil dos elementos dessa camada.

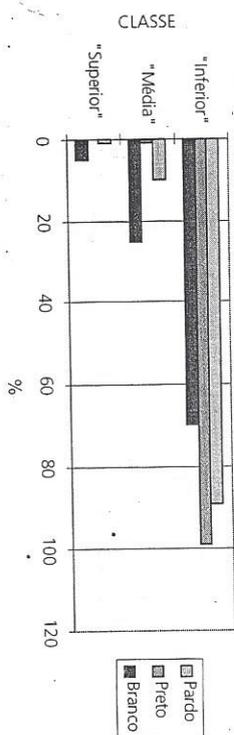
Dado o fato de constituírem os elementos de cor apenas um décimo da população total (segundo o censo de 1940), segue-se que os brancos predominam, numericamente, não apenas nas camadas superior e média, mas também na menos favorecida, da qual representam cerca de 75% dos integrantes, enquanto os pardos perfazem 10% e os pretos, 15%.

Tomando-se as porcentagens dos indivíduos de cada cor, integrados nas três diferentes classes sociais, sobre o conjunto de habitantes da mesma cor, pode-se afirmar que, dos brancos, cerca de 70% se encontram na classe menos favorecida, 25%, na média e 5%, na classe "alta" ou dominante; dos pardos, mais de 90% estão na classe menos favorecida, menos de 10% se concentram na classe média e apenas cerca de 1%, na "alta" ou dominante; e, finalmente, dos pretos, a quase totalidade se concentra na camada menos favorecida, com menos de 1% na camada média e completa ausência na "alta".

A estrutura social local, no que se refere à estratificação social e à distribuição da população, quanto à cor, pelos diferentes estratos, pode ser representada por uma sucessão de três degraus, correspondendo o inferior a 75% da área total, o médio a 10% e o superior a 5%. Do degrau inferior, 75% corresponderiam aos indivíduos brancos, 15% aos pardos e 10% aos pretos. Do degrau médio, 98% corresponderiam aos brancos e os restantes 2% aos elementos de cor, com predominância quase absoluta dos pardos entre estes. Finalmente, do degrau superior, 99% corresponderiam aos brancos e 1% aos pardos, com ausência completa dos pretos (ver gráfico 9).

Dos dados apresentados, ressalta a existência de uma correlação positiva entre a "aparência" racial dos indivíduos e seu status social: a exclusão de elementos de cor é cada vez mais rigorosa à medida que se vai da classe menos favorecida para a mais favo-

9. Tomando-se, por exemplo, os 266 operários do maior estabelecimento de indústria de transformação da cidade — fiação e tecelagem — no ano de 1951, verifica-se que 81,6% são brancos, 8,3% pardos, 7,5% pretos, 0,4% amarelos e 2,2% de cor não declarada. Enquanto os brancos figuram, entre os operários da fábrica, em proporção ligeiramente menor à da sua presença na total da população, segundo o censo de 1940 (89,1%), a proporção de pardos equívale ao dobro do contingente acusado pelo censo (4,0%), sendo também ligeiramente maior a de pretos (5,2%, segundo o censo) e menor a de amarelos (1,1%, segundo o censo).



recida: comparando-se os pardos com os pretos, verifica-se que aqueles são menos privilegiados ou contam com maior probabilidade de ascensão social que esses.

A predominância quantitativa dos brancos, em todas as classes sociais, inclusive na menos favorecida, e a presença, ainda que em proporção progressivamente reduzida, de "gente de cor", nas camadas média e superior, são dois aspectos que chamam a atenção, por indicar a importância relativa da cor como critério de status social: a cor branca facilita a ascensão social, porém, não a garante por si mesma; de outro lado, a cor escura implica antes uma preterição social que uma exclusão incondicional de seu portador. A ascensão de um indivíduo de cor, ainda que mais difícil, em igualdade de outras condições, que a de qualquer indivíduo branco, uma vez conseguida, não é apenas reconhecida por seus próprios companheiros de cor, mas também pelos indivíduos mais claros. Em outras palavras, nas relações interclasses, a assimetria é a seu favor, mesmo que o componente da classe (ou das classes) menos favorecida que a sua, com o qual esteja em contato, seja branco ou sensivelmente mais claro que ele.

O fato de não sofrer o indivíduo de cor uma exclusão incondicional das camadas sociais mais favorecidas na sociedade brasileira, bem como o de se encontrar indivíduos brancos, em todos os níveis, tem levado à suposição de que os elementos de cor, no Brasil, em seu esforço de ascensão social, estão sujeitos às mesmas barreiras de classe (e não, raciais) que atingem os demais componentes das classes menos favorecidas. Em face dessa hipótese, ganha um significado especial o fato de que as exceções ou precedentes de ascensão social de indivíduos de cor, embora venham ocorrendo, na comunidade em estudo, sem interrupção, pelo menos desde o final do século XIX, contudo, não parecem tender a aumentar, em proporção, de modo a propiciar, nas próximas gerações, uma mudança, no status coletivo da "gente de cor", dado que a estrutura social permanece, em suas linhas gerais, tal qual se apresenta nos dias atuais.

A ascensão tanto de indivíduos de cor como de brancos é dificultada pela própria configuração piramidal da estrutura social, em que o número de posições diminui pro-

gressivamente à medida que se vai das camadas menos favorecidas para a mais favorecida. Além disso, o esforço de ascensão, dos indivíduos que nascem nas camadas menos favorecidas, é contra-atacado pela transmissão por via de parentesco (oportunidades educacionais, direito sucessório, prestígio político etc.) das posições mais favoráveis, de uma geração a outra. Em cada nova geração, parte dos descendentes dos elementos da classe dominante permanece nessa classe, enquanto outra parte decai, socialmente, devido ao fracionamento progressivo dos bens patrimoniais, o que assume um significado especial numa sociedade em que prevalece a riqueza agrícola e em que as famílias das camadas privilegiadas costumam ser tão prolíficas quanto as das camadas menos favorecidas. Assim, tanto o predomínio de elementos das "famílias tradicionais", na classe dominante, como a maior concentração da "gente de cor", na camada menos favorecida da sociedade, exprimem, fundamentalmente, o mesmo fato, ou seja, a rigidez da estrutura social, que tende a se reproduzir com o mínimo de mudança de uma a outra geração, perpetuando a mesma configuração no que toca à distribuição da população quanto às condições de vida e à "aparência" racial. Pode-se dizer que, na estrutura atual, os brancos descendentes das famílias tradicionais e os pretos e pardos, descendentes dos antigos escravos, ocupam, em geral, posições homólogas às que ocupavam os grupos correspondentes, no século passado, antes da abolição e da proclamação da República. No entanto, a estrutura de hoje difere, qualitativamente, da do século XIX, tanto pela inexistência de diferença, sob o ponto de vista político e jurídico, entre indivíduos brancos e de cor como devido à atuação, sobre a sociedade em seu conjunto, dos mesmos fatores de mudança que têm afetado a vida humana, quase por toda a parte: a introdução de novos instrumentos de produção e de novos recursos de comunicação e transporte, de recreação e instrução, com a consequente intensificação do processo de urbanização e o desenvolvimento de um estilo de vida em que os contatos secundários tendem, cada vez mais, a prevalecer sobre os primários, em face da maior densidade dos agrupamentos humanos e da amplitude sem precedente da mobilidade espacial, em suas mais diversas modalidades.

A hipótese de que os indivíduos de cor estão sujeitos a dificuldades específicas, que tornam sua ascensão social menos provável que a de elementos brancos, poderá ser verificada através de um estudo comparativo da "carreira" da "gente de cor" e dos estrangeiros e de seus descendentes, na sociedade local, de fins do século passado aos dias atuais, bem como por uma consideração da distribuição dos componentes dos quadros sociais das associações de "gente de cor" e de suas congêneres tidas como privadas de diferentes grupos ou setores da população.

A CARREIRA DOS ESTRANGEIROS E SEUS DESCENDENTES E DA "GENTE DE COR" NA SOCIEDADE LOCAL

Localizado em zona que nunca ofereceu condições satisfatórias para o cultivo do café e tendo na pecuária e no comércio de animais o principal fundamento e o elemento mais estável de sua economia, jamais constituiu o município de Iapeitanga um ponto de especial atração para a imigração estrangeira. De fins do século passado à atualidade, a proporção de estrangeiros tem variado, sem nunca, porém, atingir a mesma porcentagem em que se apresentam na província ou no Estado: em 1886, os indivíduos nascidos no estrangeiro (excluídos os africanos) constituíam 0,9% da população do município e 4,3% da população da província; em 1920, as porcentagens eram de 3,5% para o município e 18,1% para o Estado; e, em 1940, respectivamente, de 2,7% e 11,3%¹.

Deve-se levar em conta, todavia, que, no município, se encontra uma considerável proporção de descendentes de estrangeiros, especialmente de italianos que, aos poucos, foram deslocando de outros pontos do Estado para a área urbana local. Assim, a proporção de descendentes de estrangeiros — excluindo-se dentre esses os portugueses e africanos — pode ser estimada entre 10% a 15% da população total. Os estrangeiros e seus descendentes se concentram quase exclusivamente na área urbana, com exceção dos amarelos (japoneses e descendentes), cuja penetração, no município, teve início nas últi-

1. Cf. o relatório apresentado ao Exm. Sr. presidente da província de São Paulo pela Comissão Central de Estatística, composta dos senhores doutor Elias Antonio Pacheco e Chaves (presidente), doutor Domingos José Nogueira Jaguaribe Filho, doutor Joaquim José Vieira de Carvalho, engenheiro Adolpho Augusto Pinto e Abílio Aurélio da Silva Marques, São Paulo, Leroy King Bookwalter, Typographia King, 1888; Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Diretoria Geral de Estatística, Recenseamento do Brasil, realizado em 1º de setembro de 1920, vol. IV, 1ª parte, *População do Brasil por Estados, Municípios e Distritos segundo o Sexo, o Estado Civil e a Nacionalidade*, Rio de Janeiro, Typographia da Estatística, 1926; e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Recenseamento Geral do Brasil (1º e 2º de 1940), *Censo Demográfico, População e Habitação*, Série Reg., Parte XVII, "São Paulo", tomo I, Serviço Gráfico do IBGE, Rio de Janeiro, 1950.

Dos cinco nomes dos "ardorosos propagandadores" pela fundação do clube, mencionados no

boletim *O Informativo*, de janeiro de 1949, três são de origem italiana e os outros dois, nomes luso-brasileiros, cujos portadores eram homens pardos.

Em 1948, os seis integrantes da diretoria do clube são homens brancos, três tendo nomes luso-brasileiros, dois, nomes italianos e um, nome árabe.

No que toca à ocupação, a diretoria do clube está assim constituída: presidente, ferroviário; vice-presidente, industrial; primeiro secretário, ferroviário; segundo secretário, comerciário; tesoureiro, sapateiro; orador, advogado.

ESTRUTURA SOCIAL E IDEOLOGIA DE RELAÇÕES INTER-RACIAIS

A inércia de uma estrutura social depende da consistência do substrato demográfico, da base geográfica e do sistema de produção, bem como da aceitação, pelos indivíduos e grupos que a integram, do sistema ideológico por ela engendrado e, conseqüentemente, das representações coletivas e dos estereótipos que esse sistema implica (doc. I/A. 4). "Quando os seres humanos consideram uma situação como real, ela se torna real em seu comportamento".*

Em todos os países de colonização européia, onde contingentes demográficos de outras origens — quer profundamente alterados pela miscigenação, quer conservando sua aparência original — vivem lado a lado com a população branca, seja em relações simbólicas com esta, seja integrados num mesmo sistema cultural e social, o preconceito racial é parte constitutiva do sistema ideológico desenvolvido pelo grupo branco e tem por função a preservação de sua supremacia social ante os demais elementos da população.

No Brasil, seja devido à experiência anterior do branco peninsular com povos escuros, seja devido à desproporção entre o volume da população metropolitana e a extensão do mundo colonial a explorar, seja devido à escassez de mulheres brancas, principalmente no começo da colonização, seja devido à necessidade que tinha o europeu de se valer do equipamento adaptativo de povos já afeiçoados às condições de vida dos trópicos, seja, ainda, devido à pressão do número crescente de pardos e pretos livres sobre a minoria branca, pela "coerência dos mores", seja por qualquer outra circunstância histórica, por si ou em conjugação com as mencionadas, o fato é que se desenvolveram uma ideologia de relações raciais que, ao mesmo tempo que protege, essencialmente, os interesses do grupo branco, envolve um "compromisso" com os interesses da população não-branca.

* Fase de William Thomas, autor clássico da sociologia da chamada Escola de Chicago, que desenvolveu o conceito de *definição de situação*.

Assim, a ideologia brasileira de relações raciais é ostensivamente miscigenacionista e igualitária, ao mesmo tempo que encobre, sob a forma de incentivo ao branqueamento e de escalonamento dos indivíduos em função de sua aparência racial, um tipo sutil e sub-reptício de preconceito.

Ainda hoje, como se pode observar na comunidade em estudo, em sessões cívicas, aulas, discursos, proclamações políticas e outras situações solenes ou formais, os nomes de brasileiros ilustres, brancos e de cor, são invocados, enfaticamente, como demonstração de como uns e outros concorreram para o "engrandecimento da Pátria comum", fazendo jus à gratidão dos pósteros; e, por sua vez, a consagração de uns e outros pelo povo, em geral, sem que o sentimento cívico seja afetado pela cor de cada indivíduo, se toma por evidência de que, no Brasil, o indivíduo se faz valer pelas suas próprias qualidades individuais, independentemente de sua filiação racial ou de considerações de herdado. Ao mesmo tempo, se dá ênfase ao fato de que, neste país, não apenas a admiração, mas também a amizade, a deferência e o amor entrelaçam os indivíduos e as famílias, independentemente de sua origem ou de sua aparência racial.

No entanto, apesar da sinceridade com que, em geral, se fazem tais proclamações, qualquer indivíduo de cor poderá citar exemplos sucessivos, não somente remotos, mas atuais; não apenas singulares ou excepcionais, mas que constituem a regra ou norma, os quais mostram como a situação de fato não coincide com a situação idealizada, enfim, como a sociedade nacional restringe a mobilidade social de negros e mulatos e lhes reserva humilhações e dissabores de que os brancos, em igualdade de condições, estão isentos.

Aqui, como nos demais países em que existiu, a escravidão implicou um apoucamento do escravo, sob os mais diversos aspectos, e levou à formação de um sistema ideológico, de representações coletivas e estereótipos que justificassem a exploração do escravo pelo senhor e correspondessem às condições e efeitos resultantes do referido apoucamento.

Desaparecida a escravidão, não se poderia esperar nem que os descendentes dos antigos escravos se refizessem subitamente do efeito multissecular da precária condição em que seu grupo foi mantido por tantas gerações, nem que se livrassem imediatamente a sociedade, em seu conjunto, do precipitado ideológico, das representações coletivas e dos estereótipos que atrás de si deixou aquela instituição e através dos quais suas condições vão sendo renovadas e perpetuadas, graças àquele seu caráter de "realidades parcialmente autônomas que vivem uma vida própria" e que têm aquele "poder de se atrair, repelir, de formar, entre si, sínteses de toda a espécie as quais são determinadas por suas afinidades naturais e não pelo estado do meio ambiente em cujo seio evoluem", de que falava Durkheim¹.

1. Emile Durkheim, "Représentations individuelles et collectives", *Revue de Métaphysique et de la Morale*, Paris, 1898, *opud* Herbert Baldus e Emilio Willems, *Dictionário de Sociologia*, artigo sobre "Representação Coletiva".

O preconceito racial, como parte integrante do sistema ideológico do grupo branco, contribui para a manutenção do *status quo*, nas relações entre os elementos brancos e de cor da população, pela sua dupla atuação: 1. sobre o conceito e a atitude dos primeiros em relação aos últimos; e 2. sobre a autoconcepção e o nível de aspiração destes últimos. Já nos primeiros anos de vida, tanto as crianças brancas como as de cor aprendem a valorizar a cor clara e os demais traços "caucasoídes" e a menosprezar a cor escura e os demais traços "negróides".

Brincadeiras tradicionais², provérbios e ditos populares³, elogios⁴ e sátiras (doc. 2/ A. 4) levam as crianças a interiorizar conceitos e atitudes desfavoráveis em relação aos portadores de caracteres negróides, mesmo quando não seja essa a intenção do autor da manifestação, mas, simplesmente, como acontece na maior parte das vezes, esteja ele repetindo, de modo mecânico ou quase mecânico, o comportamento tradicional e habitual — verbal ou motor — sugerido pela situação.

Ao menino branco se sugere, especialmente ao atingir a idade escolar, a conveniência de evitar companheiros escuros⁵ e, conseqüentemente, de selecionar companheiros de sua própria cor.

Por conseguinte, desde a infância, nas contendas entre crianças brancas e de cor, recorrem as primeiras à referência ao aspecto ou à ascendência racial destas como meio de as levar à humilhação.

Desde cedo, aprendem tanto as crianças brancas como as de cor a considerar os traços negróides como elementos que contra-indicam as mais desejáveis ocupações e posições sociais e seus portadores e lhes marcam como apropriadas as que se têm como mais humildes e indesejáveis.

A presença ou ausência de indivíduos de cor são freqüentemente citadas como indicadores ou de degradação de um ambiente social ou de um limiar de *status* considerado como extremamente baixo pelo autor da referência (doc. 3/A. 4).

2. É comum pessoas adultas brincarem com uma criança do sexo masculino, dizendo-lhe que quando crescer haverá de casar-se com uma mulher preta. Inexiste, geralmente, na brincadeira até a criança iniciar-se. De 35 alunos (dezenove moças e dezesseis rapazes) do segundo ano da Escola Normal Peixoto Gomide, dos quais 34 eram de cor branca e um de cor preta, do ano de 1949, aos quais foi apresentada uma pergunta sobre se aceitariam para esposo (ou esposa) um indivíduo branco, preto ou pardo, todos consideraram aceitável o branco, apenas 4 consideraram o mulato aceitável e somente um considerou aceitável também o preto. Note-se que não se pediu a ordem de preferência, mas simplesmente a indicação de aceitabilidade ou não, para cada um dos indivíduos de cada uma das categorias mencionadas.
3. Como o clássico "Negro, quando não seja na entrada, seja na saída".
4. Qualquer pai que tenha um filho loiro, ou de pele e olhos claros, sabe dos lisonjeiros comentários que esses característicos provocam.
5. Casal de família tradicional, tendo uma única filha, conta que, antes de ir para a escola, o companheiro de brinquedo predileto desta era um menino preto. Depois dessa idade, porém, "não ficava bem conservar essa amizade..."

As associações identificadas como da gente de cor são, em geral, tidas como as mais "humildes" dentre de suas congêneres⁴, ao mesmo tempo que se tem como imprópria, indesejável ou inadmissível a presença de elementos de cor naquelas que se consideram como as mais "distintas", mais "nobres", mais "seletas" ou de mais elevado status. De um modo geral, as referências aos característicos negróides de uma pessoa, "de corpo presente", se reservam ou para as situações em que é obviamente necessária e inevitável a indicação ou para as situações em que se permitem as "relações jocosas"⁷ ou, finalmente, para as situações de conflito.

Nas situações de acomodação, de deferência e respeito recíprocos, aprende a criança branca, à medida que se vai socializando, a abster-se tanto quanto possível de referir-se à condição negróide do interlocutor. A etiqueta de relações entre brancos e não-brancos, que se lhe inculca, dá ênfase ao dever de se proteger a susceptibilidade destes últimos, quer pelo silêncio, quer pelo uso de eufemismos⁸.

Dois provérbios sintetizam a orientação que, em matéria de relações inter-raciais, se tem por ideal na cultura local como, em geral, na cultura brasileira: 1. "Em casa de enforcado, não se fala em corda"; e 2. "Basta bater na cangalha, para o burro entender". O primeiro dos adágios sugere o dever de se proteger a susceptibilidade do indivíduo negróide, quando se o tem como interlocutor, ou vinte ou espetador ou, simplesmente, quando se presume que ele possa vir a tomar conhecimento da referência que se lhe fez⁹. O segundo se aplica às situações em que se torna necessário "dar a entender" ao

6. Em 1940, só fazer o necrológio de Romão Leite, diz o *Aparecida do Sul* tratar-se de "mais uma figura humilde, mas de grande destaque de nossa terra, que tomba na via da eternidade...". Depois de referir-se ao seu trabalho em prol da Igreja e da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, acrescenta que "com a retirada de Nób Romão [como era conhecido] do cargo de zelador, desapareceu também esta tradicional Irmandade que, apesar de sua humildade e não possuindo os parâmetros de seda com bordados de ouro, representava o símbolo da religião e da paz, dando imagem de alegria e triunfo com aquele branco como à revelé, à frente das procissões". Atualmente nas procissões não aparece "aquela Irmandade que representava a humildade personificada; coisa que Jesus nos fala com tanto amor etc." (ver o *Aparecida do Sul*, 1.º de julho de 1940).

7. Ver o doc. 2, do Apêndice IV após este capítulo. Sobre o conceito de "relações jocosas", cf. A. R. Radcliffe-Brown, "On joking relationships", *Africa*, vol. XIII, n. 3, jul. 1940, pp. 193-210. Londres, Oxford University Press. Oracy Nogueira, "Relações entre Médicos e Doentes", em *Vozes de Campos do Jordão*, edição da revista *Sociologia*, São Paulo, 1950, parte II, capítulo 5.

8. Os termos "moreno" e "cabocho" (ou "cabochoado"), por exemplo, podem ser usados com referência a indivíduos portadores de traços negróides. Mesmo indivíduos pretos podem, em certos casos, ser chamados de "morenos", o que eles próprios, muitas vezes, fazem, entre si.

9. Certa vez, procurou o pesquisador, na comunidade em estudo, um senhor branco, idoso, elemento de família tradicional da região para que o ajudasse a identificar as pessoas que apareciam numa coleção de fotografias tiradas, na cidade, desde o começo do século. Quanto apontou um homem de cor, que figurava num grupo de nove pessoas de destaque e perguntou pelo nome e outras informações a seu respeito, o interlocutor, que, antes, falava alto e com desenvoltura, baixou a voz e disse, em tom confidencial, para que ninguém mais ouvisse: "Esse é filiano, homem muito inteligente, pai de sicrano" (este último, elemento já incorporado ao grupo branco). A mesma hesitação manifestou o referido informante quanto à identificação de um rapaz de cor. Depois de certa insistência, disse que era "gente do filiano" e, finalmente, deu as indicações precisas. Tratava-se de um adolecente que, mais tarde, se tomara um elemento de proteção.

indivíduo sua inaceitabilidade ou a indesejabilidade de sua presença numa reunião, associação ou local¹⁰.

A noção de deseabilidade dos traços "caucasóides", e, conseqüentemente, a de indesejabilidade dos traços "negróides", está intimamente ligada à ideologia do "brancamenteo", que assimila como recomendável a miscigenação, por propiciar, ao mesmo tempo, a absorção ou diluição dos caracteres somáticos africanos e a ascensão social da ascendência através das gerações.

Assim, a ideologia brasileira de relações inter-raciais, ao mesmo tempo que condena as manifestações ostensivas de preconceito e conicia à miscigenação e ao igualitarismo racial, encobre uma forma sutil e sub-reptícia de preconceito, cujas manifestações e cuja intensidade se condicionam ao grau de visibilidade dos traços negróides e, portanto, à aparência racial ou fênótipo dos indivíduos. No mínimo, os traços negróides inspiram a mesma atitude e o mesmo sentimento de aversão e pesar que costumam produzir os "defeitos" ou deformações físicas¹¹.

Conseqüentemente, o preconceito racial, tal como aqui se apresenta, não tem o mesmo poder que nos Estados Unidos de dividir a sociedade em dois grupos com consciência própria, como duas castas ou dois sistemas sociais paralelos, em simbiose, porém impermeáveis um ao outro, apesar de participarem, fundamentalmente, da mesma cultura. Aqui, o preconceito tende, antes, a situar os indivíduos, uns em relação aos outros, ao longo de um *continuum* que vai de extremamente "negróide", de um lado, ao completamente "caucasóide", de outro.

Em outras palavras, os indivíduos são classificados e se classificam a si próprios como brancos, pardos ou mulatos claros, pardos ou mulatos escuros e pretos — variando, até certo ponto, os "tipos" reconhecidos e as respectivas designações de uma para outra região do país — levando-se em consideração, em cada caso, a ausência ou concentração de traços negróides (densidade da pigmentação, textura e cor dos cabelos, formato do nariz e dos lábios etc.), ou seja, a aparência resultante da combinação ou fusão de traços europeus e africanos. Os indivíduos com traços de índio são encaixados, ao longo do *continuum*, numa posição variável que pode ir de branco ao pardo.

10. Assim, um cidadão de cor, casado, que se distingue pela profissão e pelas atividades intelectuais e políticas pode frequentar uma associação recreativa da classe dominante ou média, onde, uma vez admitido, participará, sem qualquer outra dificuldade, das atividades (jogos de salão, círculos de conversa etc.) consideradas próprias para as pessoas de sua idade e estado civil. Tratando-se, porém, de um baile, seus filhos, ainda jovens, poderão ter certa dificuldade de se despirem dançar. Num caso desses, disse uma senhora, "algumas moças evitam dançar com os rapazes, sem lhes dar trabalho, quando eles se forem aproximando, elas saíram com outros, antes que eles cheguem a pedir a contradição". Acrescentou que uma jovem, em tal situação, poderá, mesmo, apelar para um rapaz branco, que lhe esteja próximo, para que "saia com ela". Apesar dessas dificuldades, os rapazes mulatos ainda terão "mais oportunidade de dançar do que suas irmãs", por caber ao homem e, não à mulher, a iniciativa, concluiu a informante.

11. Referindo-se ao filho branco de um casal em que um dos cônjuges era branco e o outro, mulato, uma senhora comentou: "Eles tiveram sorte! Seria uma 'judiação', se a criança nascesse escura!"

mais acentuada a tendência à exarcebção da consciência de cor nos pretos e pardos em vias de ascensão social, do que em outras (doc. 4/A. 4).

A predominância de contatos primários, numa comunidade, facilita a acomodação do indivíduo de cor, no nível que tenha atingido, contribuindo, conseqüentemente, para a consolidação de sua posição, pela dissociação entre seu conceito pessoal e o estereótipo corrente sobre a "gente de cor" e, conseqüentemente, pela situação inequívoca que se estabelece; e, de outro lado, o volume crescente de contatos secundários, resultante da urbanização e da maior mobilidade espacial proporcionada pelos modernos meios de transporte, ao mesmo tempo que leva a uma maior probabilidade de exarcebção da consciência de cor, tende a libertar os pretos e pardos do tradicional paternalismo do branco, tornando-os, portanto, afetivamente menos peiados, para cuidar de seus interesses e reivindicações (doc. 5/A. 4).

Em contraposição, sob o ponto de vista positivo, a ideologia brasileira de relações raciais, ao mesmo tempo que oferece ao homem de cor argumentos em que basear suas reivindicações e seus protestos, nas situações em que se sente preterido, também torna a opinião pública propensa a se exaltar e a condenar as manifestações ostensivas de preconceito, especialmente quando estas revestem a forma não apenas de disfarçada preterição, porém de exclusão ou sonegação patente ou incondicional de direitos e, portanto, de desatão aos princípios tradicionais de justiça e equidade.

No Brasil, não dividindo o preconceito a população em dois grupos mutuamente exclusivos, com uma profunda intolerância recíproca, dificilmente se encontrará — se for possível encontrar-se — uma pessoa de cor que não disponha de amigos brancos ou vice-versa. Ademais, em caso de conflito entre uma pessoa branca e outra de cor, não cria o preconceito uma expectativa de solidariedade em bloco, a cada um dos contendores, dos indivíduos da respectiva aparência racial. Tanto os indivíduos brancos como os demais, em semelhante situação, estão aptos a manter a serenidade dependendo seu julgamento e sua posição tanto do mérito que lhes pareça ter a causa de cada qual como de outras considerações alheias à identidade entre sua aparência racial e a de qualquer dos contendores¹⁶.

Conseqüentemente, numa situação adversa, mesmo quando não se trate de situação de conflito — poderá o negro brasileiro ter a surpresa de se sentir alvo de manifestações de solidariedade partidas de onde ele menos esperaria, como no célebre episódio de que foram protagonistas a princesa Isabel e Rebouças¹⁷ (doc. 6/A. 4).

16. Referindo-se, por exemplo, ao assassinato de um jovem de cor, ocorrido na cidade, por um seu colega branco, homens e mulheres brancos, das classe dominante e média, que conheceram intimamente tanto o assassino como o assistido, foram unânimes em manifestar sua simpatia pelo preterido e cezur: ao segundo. Qualquer flagrantemente injustiça que se cometia contra um indivíduo de cor tende a provocar manifestações de solidariedade tanto de indivíduos brancos como de indivíduos da mesma aparência racial.

17. Oracy Nogueira refere-se à dama da Princesa Isabel com André Rebouças — engenheiro, militante e frequentador da Corte Imperial — em sarau de 17 de dezembro de 1867. Rebouças menciona o episódio em seu *Diário e*

Em conclusão, dadas as características da "situação racial" brasileira e o tipo de ideologia de relações raciais que aqui se desenvolveu, o homem de cor, no Brasil, provavelmente conseguirá maior rendimento na técnica de esclarecimento tanto dos brancos como de elementos de seu próprio grupo, pela divulgação de informações objetivas sobre as diferenças raciais e culturais, do que o que tem obtido em outras sociedades, em que o preconceito criou um profundo antagonismo entre brancos e não-brancos e, conseqüentemente, tornou relativamente inoperantes os processos racionais de modificação de atitudes e concepções, no que tange à esfera de relações raciais.

pendar dos ombros, os olhos bem verdes, cabelos já grisalhos, recriminava um menino ao seu lado por estar a importuná-la, perturbando-a, impedindo-a de ouvir o que diziam os atores, durante a representação.

Uma senhora branca, que disse ser de Tapetalinga mesmo, mas já ter morado por seis anos no Rio de Janeiro, tendo regressado há mais de vinte à cidade, declarou que nunca perde as festas de 13 de Maio do clube. 'Eles capricham muito nela. Sempre eles são muito bonitas! E eles não deixam de fazer nenhum ano! Vêja só o chic' deles! E é sempre assim! Se você vier no ano que vem vai ver como eles apronham outra vez uma festa bonita! E as autoridades também vêm sempre. Cotados [os pretos], também eles precisam festejar, não é? Não era brincadeira a vida de escravo! E hoje eles fazem o que querem! Não tem nada que se compare com a liberdade, não é?

Salmos, logo depois de iniciado o baile. Até então, somente dançavam as moças de vestido comprido. Era uma das exigências. Somente dançavam as moças devidamente trajadas para o baile, o que seria respeitado até o final.

Os rapazes que a principio saíram a dançar, sem traje de rigor ou escuro, foram convidados a se retirar do salão.

As crianças foram convidadas a deixar o salão depois que a rainha dançou a primeira valsa. Era determinação do juiz de menores que não permanecessem no salão depois das 10 horas da noite. Um senhor branco insistiu para que sua filha, de cerca de 12 anos, permanecesse no recinto, sendo contratado nessa pretensão.

SUMÁRIO E CONCLUSÕES

6

O censo de 1940 revelou, para o município, uma população de 34437 indivíduos, dos quais 89,7% são brancos, 5,2% pretos, 4,0% pardos e 1,1% amarelos.

De 1890 a 1940, a proporção de brancos passa por um sensível aumento (64,8% e 89,7%), enquanto a de pardos se reduz a pouco mais de um terço do que fora (13,0% e 4,0%), ao mesmo tempo que a de pretos se altera relativamente pouco para menos (7,5% e 5,2%).

A alteração inversa na proporção de brancos (64,8% e 89,7%), de um lado, e de pardos e pretos (35,2% e 9,2%), de outro, entre os censos de 1890 e 1940, cujas diferenças são de 24,9% para mais, para os primeiros, e de 26,0% para menos, para os últimos, deve ser atribuída à atuação conjunta dos seguintes fatores: *a.* incorporação dos mestiços mais claros ao grupo branco; *b.* diferença na velocidade de crescimento natural das populações branca e de cor, resultante da maior mortalidade de pardos e pretos; *c.* contribuição dos imigrantes e seus descendentes para o incremento indireto do contingente de brancos; e *d.* proporção provavelmente maior de êxodo dos pretos do município.

Por sua vez, a redução relativamente pequena na proporção de pretos (7,5% e 5,2%), comparada com a dos pardos (27,7% e 4,0%) e com a alteração inversa na de brancos (64,8% e 89,7%), indica estar o grupo mais escuro contribuindo menos, pela mestiçagem, para o contingente dos pardos, do que estes para o dos brancos, o que provavelmente estará ligado, às duas circunstâncias seguintes: *a.* uma redução na proporção de ligações ilícitas, ocasionais ou permanentes, entre homens brancos e mulheres pretas; e *b.* ao aumento da tendência do intracasmamento e uniões permanentes, entre os elementos mais escuros da população, produzido por uma redefinição de atitudes em relação ao seu próprio grupo e, ao mesmo tempo, pela resistência dos brancos e dos pardos ao cruzamento.

Tomando-se os casamentos realizados no município, em 1948, e calculando-se o coeficiente de contingência de Pearson, para os noivos e noivas brancos, pretos e pardos,

obtem-se 0,75, isto é, 91% do máximo que se poderia esperar para três modalidades dos atributos, o que mostra serem decididamente excepcionais os casamentos entre indivíduos heterogêneos quanto à cor. Com efeito, os casamentos homogêneos constituem 96,1% do total de casamentos, restando apenas 3,9% para os casamentos mistos.

É provável, portanto, que esteja ocorrendo uma diminuição no ritmo de miscigenação, não sendo de se esperar uma mais ampla diluição dos traços raciais africanos nas próximas gerações.

Tomando-se a estratificação social local, verifica-se que o contingente de pardos se torna cada vez mais rarefeito, à medida que se vai da classe menos favorecida para a média e a alta, enquanto os pretos se concentram quase exclusivamente na primeira das classes mencionadas, com uma tênue representação na camada média.

Dado o fato de constituírem os elementos de cor apenas um décimo da população total, segue-se que os brancos predominam, numericamente, não apenas nas camadas superior e média, mas também na menos favorecida, da qual representam cerca de 75% dos integrantes, enquanto os pardos perfazem 10% e os pretos, 15%.

Tomando-se as porcentagens dos indivíduos de cada cor, integrados nas diferentes classes sociais, sobre o conjunto de habitantes da mesma cor, pode-se afirmar que, dos brancos, cerca de 70% se concentram na classe menos favorecida, 25% na média e 5% na alta ou dominante; dos pardos, mais de 90% estão na classe menos favorecida, menos de 10% na média e apenas 1% na alta ou dominante; e, finalmente, dos pretos, a quase totalidade se concentra na camada menos favorecida, com menos de 1% na camada média e completa ausência na camada privilegiada.

Examinando-se, de um lado, os casos de ascensão social de elementos de cor e, de outro, os de descendentes de estrangeiros (imigrantes) e, especialmente, de italianos, na sociedade local, nos últimos cinquenta anos, nota-se que, enquanto a ascensão de descendentes de imigrantes tanto se pode dar com o cruzamento como sem o cruzamento com descendentes dos antigos colonizadores portugueses, ainda que se possa considerar tal cruzamento ao mesmo tempo indicio de disposição à assimilação e como circunstância que a facilita, a ascensão de elementos de cor ou pressupõe ou se faz acompanhar do cruzamento com elementos brancos, seja qual for a origem destes.

Em outras palavras, conhecem-se casos de ascensão social de famílias brancas homogêneas quanto à origem étnica aliígena, porém, não se conhecem casos de ascensão social de famílias de cor, pois que os indivíduos de cor em condições de subir socialmente, em geral, se unem com pessoas brancas, seja como um meio de favorecer a própria ascensão, seja como um modo de consolidar o *status* já adquirido ou seja, ainda, por uma identificação com as classes média e dominante. Implica a interiorização dos ideais sexuais e estéticos destas.

Em consequência, cada conquista do negro ou do mulato que logra vencer econômica, profissional ou intelectualmente tende a ser absorvida, em uma ou duas gerações, pelo grupo branco, através do branqueamento progressivo e da progressiva incorporação

dos descendentes a esse grupo; e, por sua vez, em cada geração, os elementos mais escuros da população — sobre os quais mais pesa o preconceito — vêm-se na posição de quem tem de começar de novo, apenas com o próprio esforço, a mesma caminhada, como se o caminho sob a forma de incentivo ao branqueamento e de escalonamento dos indivíduos em função de sua aparência racial, um tipo sutil e sub-repêto de preconceito.

O preconceito racial, como parte integrante do sistema ideológico do grupo branco, contribui para a manutenção do *status quo*, nas relações entre os elementos brancos e de cor da população, pela sua dupla atuação: 1. sobre o conceito e a atitude dos primeiros em relação aos últimos; 2. sobre a autoconcepção e o nível de aspiração destes últimos.

Já nos primeiros anos de vida, tanto as crianças brancas como as de cor aprendem a valorizar a cor clara e os demais traços "caucasóides" e a menosprezar a cor escura e os demais traços "negróides".

Dois provérbios sintetizam a orientação que, em matéria de relações inter-raciais, se tem por ideal, na cultura local como, em geral, na cultura brasileira: 1. "Em casa de enforcado, não se fala em corda"; e 2. "Basta bater na cangalha, para o burro entender".

O preconceito racial, tal como aqui se apresenta, não tem o mesmo poder que nos Estados Unidos, de dividir a sociedade em dois grupos com consciência própria, como duas castas ou dois sistemas sociais paralelos, em simbiose, porém, impermeáveis um ao outro, apesar de participarem, fundamentalmente, da mesma cultura. Aqui, o preconceito tende, antes, a situar os indivíduos, uns em relação aos outros, ao longo de um *continuum* que vai do extremamente "negróide", de um lado, ao completamente "caucasóide", de outro.

Na vida social, os caracteres negróides, em geral, implicam pretensão de seu portador, quando em competição em igualdade de outras condições com indivíduos brancos ou de aparência menos negróide.

Assim, os casos de indivíduos de cor social e profissionalmente bem-sucedidos ou admitidos em círculos considerados como exclusivistas não podem ser invocados com o fim de contestar a existência do preconceito. O preconceito de cor ou de marca racial, em contradistinação ao preconceito de origem, implica a idéia de preferência e, portanto, por definição, a possibilidade de serem os seus efeitos atenuados, contrabalançados ou agravados pela presença ou ausência de outros característicos pessoais ou sociais.

A variação do preconceito de marca em função do número e evidência das marcas raciais faz com que o ajustamento dos indivíduos ao preconceito seja antes individual que grupal, tornando precária a solidariedade entre os componentes do grupo¹. Aliás, tendo em vista o caso especial do Brasil e, em particular, o que se passa na comunidade

1. Assim, um dos jovens pretos que mais se preocupam com a situação da "gente de cor" na comunidade local declarou: "O senhor não calcula como nós litamos para unir a nossa gente! Mas se um preto vê outro progridir ou procurando progredir não pense que ele ajudará. Se eu puser uma loja e um tucão puser outra, os meus parentes vão comprar na loja do tucão em vez de vir me ajudar".

em estudo, as expressões "grupo branco", "grupo pardo (ou mulato)" e "grupo preto" não correspondem a grupos ou organizações sociais específicos de elementos brancos, pardos ou pretos, sendo apenas designativas do conjunto ou soma dos indivíduos dessa ou daquela cor. Além disso, a variação do preconceito de acordo com as marcas raciais e a alteração de seus efeitos pela presença de outros característicos pessoais e sociais fazem com que as experiências resultantes diverjam de indivíduo para indivíduo, levando a depoimentos contraditórios em relação à "situação racial", especialmente quando há um contraste marcante entre indivíduos como, por exemplo, quando se trata de um preto, retinto e de um mulato claro.

No que toca, em particular, à comunidade em estudo, parece fora de dúvida a ocorrência de um contraste mais perceptível entre a atitude da velha e a da nova geração de elementos de cor. Assim, enquanto os elementos da velha geração se caracterizam, em grande parte, pela timidez e subserviência diante dos brancos, os da nova geração revelam maior independência e desembaraço, bem como maior consciência da igualdade de direitos entre brancos, pretos e pardos. Enquanto os pretos, em geral, evitam falar no "problema da cor", procurando, ao mesmo tempo, dissuadir os da nova geração de o fazerem², os

2. A atitude dos elementos mais velhos resulta, em grande parte, do contraste entre sua situação e a de sua ascendência escrava, estando, ainda, muito vivas em sua memória as reminiscências da escravidão. Assim, um preto idoso, carroceiro, indagado sobre se a situação da "gente de cor" no município melhorara ou piorara, respondeu: "Melhorou muito! No meu tempo, o preto sofria muito e ninguém tinha consideração com ele. Hoje, já não é mais assim; pois eu ainda conheci muita gente aqui em Itapetinga que foi senhor e que comprava os pretos e obrigava a trabalhar. E ainda tinha um homem escotado, bem forte, que era o capataz e quando um escravo não andava como ele queria, mandava dois sujeitos o segurarem e davam nele até cair no chão". Evocando episódios de sua vida de trabalho, o entrevistado prosseguiu: "Tive uns tempos que eu trabalhei para o X - um dos homens mais abastados do município - quando ele morava em Angatuba. Eu ganhava dois mil-réis por dia para trazer uma carroça puxada por seis burros, de Angatuba para cá, com ovos, galinhas, porcos e, na volta, para aproveitar o carro, levava mantimentos, açúcar, farinha, barril de pinga e outras coisas. Quando a gente chegava lá, de volta, eles davam uma garrafa de vinho para a gente. Mas era uma vida dura essa que eu levava! Às vezes o carro encalhava no caminho e a gente tinha que desencalhar, às vezes até sozinho. Viajava debaixo de chuva e às vezes de noite, com aquela chuva e aquele frio, a gente acendia uma fogueira, sequitava o corpo um pouco, cobria-se com um pala meio fino e dormia um pouco. Daí a pouco, acordava com um frio danado, chegava para perto do fogo, até se esquentar e assim ia a noite. Uma vez, lá perto de Angatuba, eu ia com um carro com um burro só e lá atravessando uma ponte e quase cai para dentro do rio com o carro, o burro e tudo! Foi uma sorte danada, porque a roda do carro ficou na beiradinha da ponte! Se fosse mais um pouquinho, ia tudo embora. Quando eu vi que estava quase caindo, pultei do carro, tive que fazer uma força danada, mas puxei o carro para o centro da ponte e ainda salvei. Numa outra ocasião eu vinha vindo com um carro, trazendo a madaça do X, e, numa subida íngreme, estava dentro em cima de um burro que não andava muito direito e ele pegou e me deu um coice na cabeça que tiritou. Ai, cheinei, os outros companheiros e me ajudaram e fiquei deitado na beira da estrada até que passou o trole que vinha trazendo o pessoal. Ai em vim de trole, mas cada sacadinha que dava era uma dor louca na minha perna que inchou tanto que, para poder tirar o sapato, foi preciso rasgar. Chegamos aqui em Itapetinga no dia seguinte de manhã e só às quatro horas da tarde é que melhorei. Depois de muito tempo, lá em Minas, eu trabalhava com um carro que ia cheio de pedras, o carro virou, veio por cima de mim e trincou a perna outra vez no mesmo lugar e tive que ficar outra vez uns quarenta dias de cama, sem poder

jovens revelam certa inquietação que os torna loquazes e desejosos de esclarecimento em relação à questão³.

Em sua forma mais elementar, a nova autoconcepção e a nova atitude, que se vão tornando cada vez mais generalizadas entre os elementos de cor da nova geração, expressam-se pela adoção de modos de conduta que os mais velhos e mais conservadores - especialmente dentre os brancos - consideram como insolentes ou irreverentes⁴, bem como pelo crescente interesse, já referido, de trocar comentários sobre experiências deprimidas a que tenham sido sujeitos ou sobre o sucesso logrado por indivíduos portadores de característicos negróides. Em sua forma mais avançada e mais consciente, exprimem-se através de um zelo especial pelo progresso pessoal e mais consciente, exprimem-se através de um zelo especial pelo progresso pessoal e da descendência - preocupação com problemas de educação, de orientação vocacional etc. - o que se vai tornando cada vez mais generalizado; e, mais raramente, através de um interesse persistente pelas associações e movimentos "da gente de cor" - pela sua organização, prosperidade e liderança. Essa mudança na autoconcepção da "gente de cor" e em sua posição diante da vida decorre, em última análise, dos mesmos fatores que têm afetado a vida social, em seu

me mexer e fiquei todo esse tempo com ela engessada. Mas agora está boa, eu nem manco mais. Depois que vim para Itapetinga com o X, eu ainda trabalhei muito tempo para ele. Eu trabalhava com trole e levava viajantes de Buri para Itapetva, de Itapetva para Itanã, esperava os viajantes fazer a praça lá e no dia seguinte voltava outra vez para eles pegarem o trem aqui em Aracaju. Eu trabalhava de aneta com o X. Uma viagem até Itanã, de ida e volta, cobrava 600, 800 ou 900 mil-réis, conforme a carga. Bom, as malas afãs e ia embora, puxado por bestas. Depois, eu brigava com o X, del o trole para ele e não trabalhava mais com ele".

3. O que não significa que os jovens reconhecem que a situação tenha melhorado sob diferentes aspectos. Mesmo um jovem de cor dos que mais se preocupam pela solução "dos problemas que afetam a gente de cor" que há entre os habitantes do município. De outro lado, os jovens se preocupam, cada vez mais, em comparar as diferentes cidades do Estado, com referência ao tratamento e às restrições a que estão sujeitos os negros, em comentar a orientação de associações onde se diz "que negro não pista" etc. Comentam, ainda, a orientação de instituições educativas e outras que dificultam o ingresso de elementos de cor e discutem, de um modo geral, sobre as condições de vida, a situação social, econômica e educacional dos elementos pardos e pretos no Brasil. Nas conversas que assim se estabelecem, vêm à tona, frequentemente, os episódios humilhantes ou as situações de injustiça por que passaram os próprios interlocutores ou pessoas de seu conhecimento, bem como os casos de que simplesmente tiveram notícia. Como sói acontecer nas situações em que há preconceito, nem sempre é fácil distinguir se, em determinado caso, ocorreu discriminação ou apenas houve suspeita de manifestação discriminatória por parte do queixoso. Assim, numa conversa, um preto se refere à recusa ou reticência dos responsáveis por um estabelecimento de ensino em aceitar a matrícula de sua filha. Outro, ao fato de que, sendo sua filha a única aluna de cor de sua turma, "ao aparecer um bilhete do-se, mesmo, a querer "eliminar da escola". Outro preto conta que foi barrado, certa vez, ao tentar ingressar no Teatro Municipal de uma das principais cidades do Estado, tendo o porteiro alegado que seu "colarinho estava meio amassado". Acrescenta, porém, vitorioso, que, doutora então, conseguiu entrar nessa mesma casa de espetáculo! Referindo-se a um homem de cor que "somente frequentava círculos de gente branca", um dos presentes poderá dizer: "Ele não se considera preto e as filhas dele não cumprimentam preto! Ele não se considera preto e aceita qualquer humilhação que eu, que me considero, não aceito".

4. Um homem branco, de mais de 50 anos, observa: "Os pretos daqui estão em decadência. Eu ainda conheci alguns pretos velhos muito respeitosos. Eram ignorantes, porém ordeiros e trabalhadores".

conjunto, neste último meio século — o processo técnico, a urbanização, a industrialização, a mais ampla difusão da instrução formal, o desenvolvimento da imprensa, do rádio e do cinema e a introdução de mais rápidos e eficientes meios de transporte tanto por terra como pelo ar.

O incesante aumento das áreas urbanas e de seu contingente demográfico e a contínua intensificação da mobilidade espacial, quer no que se refere aos deslocamentos rotineiros por aos migratórios dos indivíduos, tiveram uma atuação convergente no que concerne ao ajustamento social dos pretos e pardos.

Assim, é no contato com pessoas desconhecidas que o preto ou o pardo, com maior probabilidade, se sente tratado em função do estereótipo corrente em relação aos indivíduos de cor⁵. O rápido processo de urbanização por que a comunidade em estudo tem passado e o desenvolvimento ocorrido, nos últimos cinquenta anos, nos meios de transporte e comunicação vão fazendo prevalecer, cada vez mais, os contatos secundários sobre os contatos primários, os contatos categóricos sobre os de identificação pessoal recíproca, o que torna mais frequentes as situações equívocas para os indivíduos de cor e, conseqüentemente, tende a diminuir as pausas na tomada de consciência da própria aparência racial. Com efeito, não deixa de ser significativo o fato de que as experiências mais críticas, sofridas por indivíduos de cor, da comunidade em estudo, em geral se deram fora desta e, portanto, fora de seu círculo de relações pessoais ou de conhecimento pessoal⁶.

- Segundo Park, as "relações raciais", no que têm de particular, são, antes de tudo, "relações entre estranhos". Cf. R. E. Park, "The Nature of Race Relations", em *Race and Culture*, The Free Press, Glencoe, Illinois, 1950, especialmente à p. 114. Um incidente parece simonífico de como a mudança no tipo de contato predominate na comunidade vai afetando as relações tradicionais de acomodação entre elementos brancos e de cor. Assim, pouco depois de 1930, cessou a tradição segundo a qual, por ocasião do Carnaval, um cortão do Clube Recreativo 13 de Maio visitava as associações congêneres, saudando-as e dançando uma contidância nos seus salões. A interrupção da tradição foi provocada pela atitude de um dos diretores de uma das associações que barrou a entrada do cortão, dizendo não ser ali "lugar para negro". No ano seguinte a mesma associação anunciava que não permitia o ingresso de cordões carnavalescos de fora. Um dos organizadores do ramo local da Frente Negra Brasileira, de efetiva duração, explicou o referido incidente como decorrente da intensificação da consciência de cor provocada pelo aparecimento dessa instituição.
- É típico o caso de um jovem preto que, sendo convocado para o serviço militar, percebe, como soldado, diferentes cidades do Estado de São Paulo, vai ter ao Estado de Mato Grosso e, finalmente, no posto de sangrento, incorporado à Força Expedicionária Brasileira, luta na Itália onde recebe um ferimento. De regresso ao país, estando em outra cidade do interior, juntamente com outros sangrentos, recebeu do coronel um convite impresso para uma baile, *baile dos clubes locais*. Como sangrento mais velho, ele hierarquicamente superior aos demais: "Não, o senhor não pode entrar", diz ele que, depois de deixar os outros entrarem, "pouco a mão na frente", dizendo: "Não, o senhor não pode entrar". Acrescenta o depreente: "Todos os meus companheiros ficaram assustados, eles eram subordinados meus e todos podiam entrar. Até o sargento: "Por que é que eu não posso entrar?". O porteiro disse: "O senhor não pode entrar porque é preto e preto aqui não entra". Af eu disse: "Mas como é que eu não posso entrar, olhe aqui, eu tenho o convite — peguei o convite e mostrei a ele — fui convidado pelo coronel, o convite está aqui e por que é que eu não posso entrar?". Af ficou aquele barulho e logo chegou o coronel; quando eu ia saindo para a rua, pegou no meu braço e disse: "Não senhor, o senhor vai entrar porque eu o convidei e quero que o senhor entre comigo". Af eu disse para ele que

Ainda aqui se nota uma profunda diferença de atitude entre os elementos de cor da velha e da nova geração: enquanto os primeiros contemplam, com saudosismo, o desmoronamento do antigo mundo de contatos primários, em que a distância social, entre brancos e pretos, não era incompatível com a intimidade e o interesse pessoal recíprocos, resguardadas as diferenças de *status* e a irreversibilidade de expectativas e prerrogativas, os últimos, não obstante as situações críticas que, freqüentemente, têm de enfrentar, comprazem-se com a maior independência de ação e de movimento que as modernas condições de vida lhes proporcionam.

Assim, a análise das relações entre brancos, pretos e mulatos, na sociedade local, conduz às seguintes conclusões:

- Nota-se, na sociedade em estudo, a existência de um preconceito que se pode chamar de preconceito "de cor" ou de "marca racial", pois contrasta com o preconceito racial que se pode chamar "de origem", por não implicar uma exclusão ou segregação incondicional dos membros do grupo discriminado, e sim uma preferência dos mesmos quando em competição, em igualdade de outras condições, com indivíduos do grupo discriminador.
- Onde o preconceito é de cor ou, mais genericamente, de traços raciais, os membros do grupo discriminado tendem a lutar antes individualmente que conjuntamente pela ascensão social e solução dos problemas que os afetam. Seus objetivos são antes paralelos que comuns.
- Onde o preconceito é de origem, os dois grupos raciais — o discriminador e o discriminado — opõem-se e hostilizam-se reciprocamente como unidades sociais distintas. De um lado, há opressão, de outro, ressentimento e desconfiância. O preconceito de origem tende a se tornar obsessivo tanto para o que o exerce como para a vítima. Gera o ódio e o antagonismo recíprocos.
- Embora especificamente diferente do preconceito de classe, o preconceito de cor ou de marca racial tende a coincidir com ele, em vista da concentração dos portadores de determinadas marcas raciais em certas camadas da sociedade.
- O preconceito de cor ou de marca racial atua sobre suas vítimas não apenas de fora, mas também de dentro, através da autoconcepção e da auto-avaliação.
- A variedade de combinações de traços que pode ir do preto "retilho", de cabelos encarapinhados, ao branco de cabelos finos e loiros, uma vez posto de lado o critério de origem, faz com que os limites entre as diversas categorias — brancos, mulatos claros, mulatos escuros, pretos — sejam indefinidos, possibilitando o aparecimento de casos de identificação contrária.

agora eu não entrava mesmo porque eu não queria. Ele insistiu muito, mas não houve jeito. Então eu peguei e fui para uma gafeira. Fui muito bem recebido lá, me diverti bastante e aí eu vi que estava bem, que estava no meu meio...

7. A identificação da cor de um indivíduo é influenciada pela associação a outros caracteres de *status* como o grau de instrução, a ocupação e os hábitos pessoais, com tendência a se ignorar a cor escura de indivíduos socialmente bem-sucedidos.
8. A maleabilidade de critérios associada à resistência que o preconceito cria à identificação da própria cor como escura faz com que o limiar entre o branco e o não-branco varie com a cor do próprio espectador.
9. Não somente outros fatores de *status* influem na identificação da cor de um indivíduo mas também sua associação tradicional ou habitual com grupos predominantemente de brancos ou de pretos.
10. O preconceito de cor ou de marca racial, em contradistinação ao preconceito racial de origem, implica a idéia de preferência e, portanto, por definição, a possibilidade de serem os seus efeitos atenuados, contrabalançados ou agravados pela presença ou ausência de outros caracteres pessoais ou sociais.
11. A variação do preconceito de marca em função do número e evidência das marcas raciais faz com que o ajustamento da vítima ao preconceito seja antes individual que grupal, tornando precária a solidariedade dos membros do grupo discriminado.
12. Na comunidade em estudo, como, em geral, no Brasil, as expressões "grupo branco", "grupo pardo ou mulato" e "grupo preto" não correspondem a grupos ou organizações sociais específicos de elementos brancos, pretos ou pardos sendo, apenas, expressões designativas do conjunto ou soma dos indivíduos dessa ou daquela cor.
13. A variação do preconceito de acordo com as marcas raciais e a alteração dos seus efeitos pela presença de outros caracteres pessoais ou sociais fazem com que as experiências resultantes dividam de indivíduo para indivíduo, levando a depoimentos contraditórios em relação à "situação racial", contradições que tendem a ser mais manifestas à medida que aumenta o contraste entre os depoentes, como por exemplo, quando se trata de um "preto retinto" e de um "mulato claro".
14. As consequências do preconceito de cor ou de marca racial variam com a natureza dos contatos sociais. É nos contatos com pessoas desconhecidas que o mestiço ou preto, com mais probabilidade, se sente tratado em função do estereótipo corrente com referência aos indivíduos de cor.
15. Enquanto os elementos da velha geração, de 50 anos para cima, se caracterizam, em grande parte, pela sua timidez e subserviência diante dos brancos, os elementos da nova geração revelam maior independência, bem como maior consciência da igualdade de direitos entre brancos, pretos e pardos.
16. A ideologia de relações raciais corrente na comunidade é a que predomina no Brasil, isto é, uma ideologia assimilacionista e miscigenacionista. Assim, o desagrado que alguns elementos locais mostram em relação ao japonês, tal como em relação a outros imigrantes, deriva, em geral, da suspeita de que os imigrantes dessa ou daquela nacionalidade evitam a assimilação e o intercâmbio, procurando manter-se culturalmente separados do resto da população.

17. A ideologia de relações raciais que prevalece no Brasil e, conseqüentemente, na comunidade em estudo, implica o dogma da cultura: o estrangeiro é aceito na medida em que oferece perspectivas de deixar de ser estrangeiro. Contrasta com a que prevalece nos países de colonização inglesa, que é segregacionista e racista. De cada uma dessas ideologias derivam atitudes diversas diante das minorias. Assim, o brasileiro tende a mostrar maior ressentimento em relação às minorias segregacionistas, enquanto nos Estados Unidos há uma tendência maior a deixar tais minorias à vontade. O uso do idioma de origem pelos estrangeiros, quer oralmente quer pela imprensa, em público ou pelo rádio, parece mais tolerável ao norte-americano do que ao brasileiro. A ideologia corrente no Brasil tende a condicionar atitudes que levem o estrangeiro a se acomodar e, eventualmente, a se assimilar à cultura do país. Enquanto, no Brasil, a identificação do descendente de imigrante, pelos nacionais, com o grupo étnico de que proveto raramente ultrapassa a segunda geração nascida no país, nos Estados Unidos essa identificação tende a persistir.
18. O preconceito de cor, criando a precupação do branqueamento, como um mecanismo de ascensão social através de gerações ou de preservação de posições já conquistadas, facilitou a integração dos imigrantes europeus na sociedade local.
19. Dentre as diferenças entre o preconceito de cor ou de marca racial e o preconceito racial de origem, deve ser assinalado que o primeiro, ao contrário do segundo, não implicando hostilidade, antipatia e separação mais ou menos incondicionais entre os componentes do grupo discriminador e os do grupo discriminado, não chega a perturbar o raciocínio e a obscurecer o julgamento das qualidades dos componentes do grupo dominado, pelo menos não, na medida em que o faz o preconceito de origem.
20. As manifestações do preconceito de cor, na comunidade em estudo, são mais evidentes à medida que se vai das camadas em que o padrão de vida é mais precário para aquelas em que este é mais elevado.
21. A transformação da sociedade, com a intensificação dos contatos secundários, nos últimos cinquenta anos, tornou mais inseguro o *status* dos elementos de cor em ascensão, fazendo com que a consciência de cor que, nas condições de um grupo em que os contatos eram quase exclusivamente primários, era ocasional ou intermitente se torne cada vez mais constante ou contínua. Assim, na medida em que crescem os contatos urbanos e se multiplicam os grandes conglomerados industriais e metropolitanos, mais constante e intensa tende a ser a consciência de cor por parte dos elementos escuros da população.
22. A introdução dos contatos secundários, nas comunidades do interior e a sua preponderância nos centros mais urbanizados trazem como uma de suas consequências o rompimento das ligações afetivas e o afrouxamento das expectativas de comportamento que ligavam os componentes das pequenas comunidades de contato primário e que, frequentemente, contribuíam para desarmar afetivamente o negro, levando-o a acomodar-se à situação em que se achava e a renunciar às aspirações que implicavam uma luta contra o preconceito e, conseqüentemente, conflito com os elementos das classes dominantes.